

Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios

Guilherme Saramago de Oliveira (Org.)



*Ana Maria de Oliveira Cunha
Anderson Oramisio Santos
Angélica Silva de Sousa
Euzane Maria Cordeiro
Josely Alves dos Santos
Kelma Gomes Mendonça Ghelli*

*Laís Hilário Alves
Lucia de Fátima Valente
Maria Irene Miranda
Silvana Malusá
Márcia Regina Gonçalves Cardoso
Núbia dos Santos Saad*

Guilherme Saramago de Oliveira (Org.)

*Metodologias, Técnicas
e Estratégias de Pesquisa:
estudos introdutórios*



Uberlândia (MG)
Abril/2021

UNIFUCAMP

(Centro Universitário Mário Palmério)

Reitor do UNIFUCAMP: Prof. Me. Guilherme Marcos Ghelli

EDITORA DA FUCAMP

Coordenadora da Editora: Dra. Cristina Soares de Sousa

Comissão Editorial

- Dr. Guilherme Saramago de Oliveira** (Universidade Federal de Uberlândia)
Dr. Gustavo Araújo Batista (Universidade de Uberaba)
Dr. José Alberto Coraiola (Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Faculdade Integradas Camões)
Dra. Kelma Gomes Mendonça Ghelli (Centro Universitário Mário Palmério)
Dr. Leandro de Souza Leão (Universidade Federal de São João del-Rei)
Dr. Luiz Carlos Figueira de Melo (Universidade Federal de Uberlândia)
Dra. Núbia dos Santos Saad (Universidade Federal de Uberlândia)
Dra. Raquel Rosan Christino Gitahy (Universidade do Oeste Paulista – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul)
Dra. Roselaine das Chagas Fonseca (Centro Universitário Mário Palmério)
Dra. Tânia Nunes Davi (Centro Universitário Mário Palmério)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica elaborada pelo autor

OL42m Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios/ Guilherme Saramago de Oliveira (Org.)- Uberlândia, MG: FUCAMP, 2021. 102p. : il.

ISBN: 978-65-00-19693-1 (ebook)
Inclui bibliografia.

1. Ciência - Metodologia. 2. Metodologia - Estudo e ensino. 3. Pesquisa - Estudo e ensino. 4. Pesquisa - Metodologia. 5. Técnica - Estudo e ensino. I. Oliveira, Guilherme Saramago de

CDU: 001.8

Reprodução proibida sem prévia autorização
Art. 184 do Código Penal e Lei 9610 de 19 de fevereiro de 1998.



Av. Brasil Oeste, S/N, Jardim Zenith
Monte Carmelo - MG / CEP 38.500-000
(34) 3842-5272

SUMÁRIO

À GUISA DE APRESENTAÇÃO.....	04
I. ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A FENOMENOLOGIA E O MÉTODO FENOMENOLÓGICO	07
	<i>Guilherme Saramago de Oliveira Ana Maria de Oliveira Cunha Núbia dos Santos Saad Angélica Silva de Sousa</i>
II. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO GRUPO FOCAL NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS.....	23
	<i>Guilherme Saramago de Oliveira Ana Maria de Oliveira Cunha Euzane Maria Cordeiro Núbia dos Santos Saad</i>
III. METASSÍNTESE QUALITATIVA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS.....	39
	<i>Guilherme Saramago de Oliveira Maria Irene Miranda Silvana Malusá Núbia dos Santos Saad</i>
IV. ANÁLISE DE DISCURSO: METODOLOGIA DE ABORDAGEM QUALITATIVA	53
	<i>Josely Alves dos Santos Guilherme Saramago de Oliveira Anderson Oramisio Santos Núbia dos Santos Saad</i>
V. ANÁLISE DE CONTEÚDO NUMA ABORDAGEM QUALITATIVA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS.....	68
	<i>Márcia Regina Gonçalves Cardoso Guilherme Saramago de Oliveira Kelma Gomes Mendonça Ghelli Silvana Malusá</i>
VI. ANÁLISE DOCUMENTAL NA PESQUISA CIENTÍFICA: REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS	83
	<i>Laís Hilário Alves Guilherme Saramago de Oliveira Lucia de Fátima Valente Angélica Silva de Sousa</i>
SOBRE OS AUTORES	98

À GUISA DE APRESENTAÇÃO



O livro **“Metodologias e Técnicas de Pesquisa: estudos introdutórios”** é mais uma publicação acadêmico-científica que tem origem nas pesquisas desenvolvidas por discentes e docentes dos Programas de Mestrado e Doutorado em Educação (PPGDE) e Mestrado em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), membros do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática e Tecnologias Digitais no Ensino (GRUPEM-UFU). O GRUPEM-UFU está vinculado a duas Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFU: “Educação em Ciências e Matemática” do PPGED e “Mídias, Educação e Comunicação” do PPGCE.

O livro aborda diferentes ideias de como pensar, organizar e desenvolver pesquisas científicas, a partir de abordagens metodológicas diversas, mas sempre numa perspectiva de estudo qualitativa. Essas diferentes abordagens metodológicas apresentadas e analisadas nos capítulos que compõem esta obra, evidenciam fundamentos teóricos e práticos que podem auxiliar no planejamento e na implementação de trabalhos de investigação.

A obra está organizada em seis capítulos. O primeiro, “Algumas Reflexões Teóricas sobre a Fenomenologia e o Método Fenomenológico” (Guilherme Saramago de Oliveira, Ana Maria de Oliveira Cunha, Núbia dos Santos Saad, Angélica Silva de Sousa), tem como objetivos, definir e caracterizar alguns aspectos fundamentais da

Fenomenologia como uma metodologia de pesquisa qualitativa na área de Educação. Inicialmente, são apresentados alguns conceitos e definições básicos sobre a Fenomenologia para, posteriormente, tratá-la como alternativa metodológica de investigação.

No segundo capítulo, “Fundamentos Teóricos e Práticos do Grupo Focal numa Pesquisa Qualitativa” (Guilherme Saramago de Oliveira, Ana Maria de Oliveira Cunha, Euzane Maria Cordeiro, Núbia dos Santos Saad), são apresentadas algumas definições, análises e reflexões sobre o Grupo Focal enquanto uma modalidade de entrevista a ser utilizada na coleta de dados em uma investigação científica. Nesse capítulo também são debatidas e analisadas questões vinculadas à organização e desenvolvimento de um Grupo Focal.

O terceiro capítulo, “Metassíntese Qualitativa: Perspectivas Teóricas e Práticas” (Guilherme Saramago de Oliveira, Maria Irene Miranda, Silvana Malusá, Núbia dos Santos Saad) apresenta conceitos e definições da Metassíntese na perspectiva teórica de diferentes autores, descreve e analisa as principais ideias que a fundamentam e explicita os procedimentos desta técnica no desenvolvimento de investigações científicas.

No quarto capítulo, “Análise de Discurso: Metodologia de Abordagem Qualitativa” (Josely Alves dos Santos, Guilherme Saramago de Oliveira, Anderson Oramisio Santos, Núbia dos Santos Saad), é realizado um breve resgate histórico das origens da Análise de Discurso (AD). Nele são também apresentadas algumas importantes definições sobre a AD, analisados os principais fundamentos teóricos que a sustentam e descritos os procedimentos para sua realização.

O quinto capítulo, “Análise de Conteúdo numa Abordagem Qualitativa: Princípios e Fundamentos” (Márcia Regina Gonçalves Cardoso, Guilherme Saramago de Oliveira, Kelma Gomes Mendonça Ghelli, Silvana Malusá) tem como principal finalidade descrever e analisar algumas definições, conceitos, procedimentos e etapas da Análise de Conteúdo, enquanto metodologia de pesquisa no campo das Ciências Sociais.

O último capítulo “Análise Documental na Pesquisa Científica: Reflexões Teóricas e Práticas” (Laís Hilário Alves, Guilherme Saramago de Oliveira, Lucia de Fátima Valente, Angélica Silva de Sousa) tem como objetivos principais conceituar a Análise Documental, apresentar os procedimentos metodológicos a serem adotados pelo

pesquisador e descrever suas potencialidades e limites.

Os autores esperam que os textos apresentados nesses capítulos, a partir do entendimento que a pesquisa é um instrumento de produção de novos conhecimentos e portanto uma importante estratégia educativa de formação dos discentes, principalmente daqueles da Educação Superior, contribuam, em especial, para reflexões teóricas e práticas dos docentes favorecendo a ampliação de seus conhecimentos. Afinal, como diz o biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX, Jean William Fritz Piaget (1970), “O principal objetivo da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram”.

Guilherme Saramago de Oliveira

Ana Maria de Oliveira Cunha

Anderson Oramisio Santos

Angélica Silva de Sousa

Euzane Maria Cordeiro

Josely Alves dos Santos

Kelma Gomes Mendonça Ghelli

Laís Hilário Alves

Lucia de Fátima Valente

Márcia Regina Gonçalves Cardoso

Maria Irene Miranda

Núbia dos Santos Saad

Silvana Malusá

CAPITULO I



ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A FENOMENOLOGIA E O MÉTODO FENOMENOLÓGICO

Guilherme Saramago de Oliveira
Ana Maria de Oliveira Cunha
Núbia dos Santos Saad
Angélica Silva de Sousa

Na pesquisa fenomenológica, a atenção do sujeito volta-se, portanto, para a relação sujeito-objeto, o que implica a extinção da separação entre sujeito e objeto [...]. Por esta razão é que a Fenomenologia constitui muito mais uma postura, um modo de compreender o mundo, do que como uma teoria, um modo de explicá-lo (GIL, 2010, p. 39-40).

1. Fenomenologia: conceitos e definições

Conforme os estudos realizados por Dartigues (1992), o vocábulo Fenomenologia, com o sentido de teoria da ilusão sob a suas mais diferentes formas, foi usado pela primeira vez na obra *Novo órganon* (1764), de autoria de Johann Heinrich Lambert (1728-1777).

Para o autor, o termo Fenomenologia é retomado em 1770 por Emanuel Kant (1724-1804), utilizando *phaenomenologia generalis*, para indicar a disciplina propedêutica que deveria preceder à metafísica. Em 1772, Kant utiliza a palavra Fenomenologia na denominada *Carta a Marcos*, esboço da obra intitulada de *Critica da Razão Pura* (1781). Em 1807, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) chama

de *Fenomenologia do espírito*, a ciência que considera a sucessão de diferentes formas ou fenômenos da consciência até chegar ao saber absoluto. Com Friedrich Hegel, a partir do estudo do movimento do espírito, a Fenomenologia define-se enquanto método e filosofia.

A Fenomenologia do espírito, para Hegel, representa a introdução ao sistema total da ciência: apresenta o devir do saber ou da ciência em geral. No sentido hegeliano, a Fenomenologia, de acordo com Merleau-Ponty (1973),

[...] consiste, em suma, numa lógica do conteúdo: a organização lógica dos fatos não provém de uma forma que lhes seria superposta, mas é o conteúdo mesmo desses fatos que é suposto ordenar-se espontaneamente de maneira a tornar-se pensável. Uma Fenomenologia é a vontade dupla de coligir todas as experiências concretas do homem e não somente suas experiências de conhecimento, como ainda suas experiências de vida de civilização, tais como se apresentam na história, e de encontrar, ao mesmo tempo, neste decorrer dos fatos, uma ordem espontânea, um sentido, uma verdade intrínseca, uma orientação tal que o desenvolver-se dos acontecimentos não apareça como simples sucessão [...] (MERLEAU-PONTY, 1973, p. 25-26).

No início do século XX, com Edmund Husserl (1859-1938), a Fenomenologia se consolida como uma linha de pensamento. A partir de Husserl, a expressão Fenomenologia passou a ter um significado totalmente novo, e é com esse novo significado, que na época contemporânea esse vocábulo é predominantemente empregado. Husserl, conforme Martins *et al.* (1990, p. 38), definiu a Fenomenologia como “[...] ciência descritiva das essências da consciência e de seus atos”.

Para Dartigues (1992), Husserl define a Fenomenologia como *ciência dos fenômenos*, sendo o fenômeno compreendido como aquilo que é imediatamente dado em si mesmo à consciência do homem. Para Husserl, a Fenomenologia assume, principalmente, o papel de um método ou modo de ver a essência do mundo e de tudo quanto nele existe.

Dartigues (1992), esclarece que:

[...] enquanto a Fenomenologia do tipo kantiano concebe o ser como o que limita a pretensão do fenômeno ao mesmo tempo em que ele próprio permanece fora do alcance, enquanto inversamente, na Fenomenologia hegeliana, o fenômeno é reabsorvido num conhecimento sistemático do ser, a Fenomenologia husserliana se propõe como fazendo ela própria, as vezes, de ontologia pois, segundo Husserl, o sentido do ser e o do fenômeno não podem ser dissociados (DARTIGUES, 1992, p. 3).

Para Edmund Husserl, conforme Dartigues (1992), a Fenomenologia é uma ciência rigorosa, mas não exata, uma ciência eidética (que busca a compreensão da essência) que procede por descrição e não por dedução. A Fenomenologia se ocupa da análise e interpretação dos fenômenos, mas com uma atitude totalmente diferente das ciências empíricas e exatas. Os fenômenos são os vividos pela consciência, os atos e os correlatos dessa consciência.

A Fenomenologia, de acordo com as ideias expressas por Dartigues (1992), é uma descrição daquilo que se mostra por si mesmo, de acordo com o princípio dos princípios:

[...] reconhecer que toda intuição primordial é uma fonte legítima de conhecimento; que tudo o que se apresenta por si mesmo na intuição deve ser aceito simplesmente como o que se oferece e tal como se oferece, ainda que somente dentro dos limites nos quais se apresenta (DARTIGUES, 1992, p. 14).

Etimologicamente, Fenomenologia, segundo Bueno (2003, p. 13), é uma palavra de origem grega, que, é formada pelo “[...] verbo *phaíno*, que significa brilhar, fazer-se visível, aparecer, mostrar-se”, e pelo [...] substantivo *lógos*, que significa o que é dito, discurso, argumento, pensamento, explicação, razão”.

Assim, a partir do significado do verbo *phaíno* e do substantivo *lógos*, Bueno (2003, p. 13) define Fenomenologia “[...] como sendo o discurso esclarecedor daquilo que se mostra por si mesmo”.

A etimologia do vocábulo Fenomenologia, segundo Bicudo e Paulo (2011),

[...] revela que ela é composta por fenômeno +logos. Fenômeno diz do que se mostra na intuição ou percepção e logos diz do articulado nos atos da consciência em cujo processo organizador a linguagem está presente, tanto como estrutura, quanto como possibilidade de comunicação e, em consequência, de retenção em produtos culturais postos à disposição no mundo-vida (BICUDO; PAULO, 2011, p. 29-30).

A Fenomenologia, de acordo com Bello (2006, p.17-18), é uma palavra formada por duas outras de origem grega: “Fenômeno” e “Logia”. Fenômeno significa “[...] aquilo que se mostra; não somente aquilo que se aparece ou parece”; e Logia é derivada de “[...] logos, que para os gregos tinha muitos significados: palavra, pensamento”.

Bello (2006) considerando o significado das palavras de origem grega, “fenômeno” e “logia”, define, então, Fenomenologia como:

[...] uma reflexão sobre um fenômeno ou sobre aquilo que se mostra. O

nosso problema é: o que se mostra e como se mostra. Quando dizemos que alguma coisa se mostra, dizemos que ela se mostra a nós, ao ser humano, à pessoa humana. Isso tem grande importância. Em toda a história da filosofia sempre se deu muita importância ao ser humano, àquele a quem o fenômeno se mostra. As coisas se mostram a nós. Nós e que buscamos o significado, o sentido daquilo que se mostra (BELLO, 2006, p. 18).

A Fenomenologia se ocupa, portanto, de acordo com as ideias de Bello (2006), da reflexão, análise e interpretação dos fenômenos vividos pela consciência humana, mas com uma atitude totalmente própria, essencialmente diferente das ciências empíricas e exatas.

O fenômeno é considerado, na perspectiva fenomenológica, segundo Martins *et al.* (1990), como

[...] aquilo que surge para uma consciência, o que se manifesta para essa consciência, como resultado de uma interrogação. Do grego *phainomenon*, significa discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra para o sujeito interrogado. Do verbo *phainestai* como mostrar-se, desvelar-se. Fenômeno é, então, tudo o que se mostra, se manifesta, se desvela ao sujeito que interroga (MARTINS *et al.*, 1990, p. 36).

2. O objeto da investigação fenomenológica

O fenômeno “a coisa que se mostra por si mesma”, conforme Asti Vera (1983), é o objeto da investigação fenomenológica e a intuição o instrumento para buscar o conhecimento. A intuição equivale à visão intelectual do objeto de conhecimento, do dado analisado, que é o fenômeno, ou seja, aquilo que se apresenta ao ser humano que o questiona.

A intuição só é possível devido à intencionalidade da consciência. Toda consciência é consciência de algo que existe no mundo do sujeito.

[...] de fato, o discurso filosófico deve sempre permanecer em contato com a intuição se não quiser se dissolver em especulações vazias. Esse retorno incessante à intuição originária, “fonte de direito para o conhecimento”, Husserl o chama de o *princípio dos princípios*. “Significações que não fossem vivificadas senão por intuições longínquas e imprecisas, inautênticas, se é que isso acontece através de intuições quaisquer, não poderiam nos satisfazer. *Nós queremos voltar às coisas mesmas*” (DARTIGUES, 1992, p. 14).

A intenção, para Triviños (2002),

[...] é a tendência para algo que, no caso de Husserl (...) é a

característica que apresenta a consciência de estar orientada para um objeto. Isso é, não é possível nenhum tipo de conhecimento se o entendimento não se sente atraído por algo, concretamente um objeto. Para Husserl, a intencionalidade é algo puramente descritivo, uma peculiaridade íntima de algumas vivências. Dessa maneira a intencionalidade característica da vivência determinava que a vivência era consciência de algo (TRIVIÑOS, 2002, p. 45).

A intencionalidade da consciência do ser humano, segundo Dartigues (1992, p. 18), “[...] é um dos princípios básicos da Fenomenologia. A consciência é sempre “consciência de alguma coisa”, estando direcionada para um determinado objeto em análise. Por sua vez, o objeto também é sempre “objeto-para-um-sujeito” [...]”.

Para Moreira (2002, p. 85), “[...] a consciência não é coisa, mas aquilo que dá sentido às coisas. O sentido não se constata à maneira de uma coisa, mas se interpreta. É a consciência intencional que faz o mundo aparecer como fenômeno, como significação [...]”.

Por meio da noção de intencionalidade, considerada a característica básica da Fenomenologia, segundo Bueno (2003, p. 30), é buscada a superação das tendências empiristas e racionalistas. Pretende-se, portanto, eliminar no processo de elaboração do conhecimento, a dicotomia experiência-razão. “[...] toda consciência é intencional, o que significa que não há pura consciência, separada do mundo, mas que toda consciência tende para o mundo, toda consciência é consciência de alguma coisa”.

Do ponto de vista epistemológico, a Fenomenologia é contrária às ideias que isolam o sujeito ou o objeto para o desenvolvimento de estudos, concebendo-os como correlacionados. Há, portanto, na Fenomenologia, o entendimento que numa relação entre sujeito e objeto, um não pode existir sem o outro. Para Martins e Bicudo (2006, p. 16) “Sujeito e objeto não são separados, mas já estão ontologicamente unidos, uma vez que o ser é sempre ser-no-mundo”.

Conforme Aranha e Martins (2003), a Fenomenologia opõe-se aos postulados empiristas e parte do pressuposto de que não há objeto em si, mas o objeto existe para um indivíduo, indivíduo esse que atribui diferentes significados ao objeto. Ao contrário das ideias racionalistas, a Fenomenologia considera que não há consciência pura, totalmente isolada do mundo, mas toda consciência é consciência de alguma coisa existente no mundo.

A consciência e objeto não são entidades isoladas, separadas na natureza, mas,

configuram-se, respectivamente, a partir de sua correlação. Segundo Dartigues (1992, p. 18), “Se a consciência é sempre consciência de alguma coisa e se o objeto é sempre objeto para a consciência, é inconcebível não admitir essa correlação, já que, fora dela, não haveria nem consciência nem objeto”.

Conforme Triviños (2002, p. 42), Husserl, buscando obter êxito em sua intenção de transformar a filosofia em uma ciência rigorosa discutiu a “redução fenomenológica”. Pela redução “[...] chega-se a um nível dos fenômenos que se denomina das essências” ou eidos (idéias). “Dessa maneira a Fenomenologia apresenta-se como um ‘método’ e como um ‘modo de ver’ o dado”.

A palavra método, de acordo com Martins *et al.* (1990),

[...] tem sido cautelosamente evitada por alguns fenomenologistas para que não seja associada ao sentido cartesiano de método característico de método das ciências naturais. Prefere-se assim, o uso da palavra TRAJETÓRIA que melhor expressa o caminho em busca da essência do fenômeno (MARTINS *et al.*, 1990, p. 39).

3. A Fenomenologia como um método de pesquisa

Conforme o pensamento expresso por Masini (1989, p. 62), não existe “o” ou “um” método fenomenológico, mas, sim, uma atitude do ser humano diante de cada fenômeno a ser analisado e compreendido. Atitude essa entendida como a “[...] abertura do ser humano para compreender o que se mostra (abertura no sentido de estar livre para perceber o que se mostra e não preso a conceitos ou predefinições)”.

Gil (1995, p. 33) entende que a utilização do método fenomenológico “[...] implica uma mudança radical de atitude em relação à investigação científica. Por essa razão é que embora muito comentado, o método fenomenológico não vem sendo muito empregado na pesquisa social”.

A Fenomenologia, como um método de pesquisa, de acordo com Martins e Bicudo (2006):

[...] é uma forma radical de pensar. Assim sendo, por sempre estar contextualizada, ela parte, necessariamente, de caminhos conhecidos de efetuarem-se as práticas sociais e de realizarem-se as ações, desafiando pressupostos aceitos e buscando estabelecer uma nova perspectiva para compreender o fenômeno (MARTINS; BICUDO, 2006, p. 18).

Para que a Fenomenologia seja efetivamente colocada em prática é necessário

que o pesquisador diante do fenômeno investigado assuma uma atitude de colocar entre parênteses ou em suspensão todo o seu conhecimento sobre o mundo natural. Aquilo que o pesquisador conhece em relação à realidade do mundo natural e todas as ideias que desse conhecimento possam ter origem devem ser colocadas entre parênteses por meio da chamada *epoché* fenomenológica.

Para Martins (1992), a *epoché* fenomenológica significa suspender, diante do fenômeno, as crenças referentes ao mundo natural. Significa que o pesquisador deve deixar de olhar o fenômeno de uma forma comum, abandonando os preconceitos e pressupostos em relação aquilo que está questionando.

A *epoché*, afirma Martins e Bicudo (2006, p. 21), “[...] significa *dar um passo atrás* e colocar em suspensão as formas familiares e comuns de olhar as coisas que impedem que sejam vistas diretamente, em seus modos de aparecer”.

O trabalho do fenomenólogo, depois de colocar o fenômeno entre parênteses, conforme Martins (1992, p. 56), “[...] consistirá em descrevê-lo tão precisamente quanto possível, procurando abstrair-se de qualquer hipótese, pressuposto, ou teorias. Busca-se exclusivamente aquilo que se mostra, analisando o fenômeno na sua estrutura e nas conexões intrínsecas”.

Na Fenomenologia são reconsiderados todos os conteúdos da consciência humana. Ao invés de verificar se tais conteúdos são reais ou irrealis, procede-se ao seu exame, como puramente dados. Mediante a *epoché*, é possível à consciência fenomenológica ater-se ao dado analisado, enquanto tal, e descrevê-lo tal como de fato ele é.

O dado na Fenomenologia husserliana, é consciência intencional do indivíduo perante o objeto que está sendo questionado, interrogado. Segundo Triviños (2002, p. 44), para Husserl “[...] o dado não é o empírico e tampouco um material que se organiza através de categorias estabelecidas em forma apriorística e intuitivamente. Para Husserl não existe conteúdos da consciência, mas exclusivamente fenômenos”.

Na abordagem fenomenológica, o pesquisador na busca de desvelar o fenômeno e compreendê-lo, conforme Martins (1992), não parte de um referencial teórico a priori definido. É por meio de suas experiências, do seu mundo-vida, que é possível ao investigador interrogar o mundo que o circunda em busca do entendimento do fenômeno. Para Bicudo (1999, p. 29) “[...] o mundo-vida é o campo

universal das experiências vividas; é o horizonte onde sempre se está consciente dos objetos e dos outros companheiros”.

Conforme Martins *et al.* (1990, p. 39), na pesquisa fenomenológica, “[...] o pesquisador não tem um problema para pesquisar. Ele tem suas dúvidas sobre alguma coisa e quando há dúvidas, ele interroga. Quando pergunta tem uma resposta. Quando interroga terá uma trajetória [...]”.

Na Fenomenologia, portanto, o pesquisador não parte de um problema determinado com hipóteses pré-estabelecidas, mas conduz sua pesquisa a partir de um questionamento, de uma indagação acerca de um fenômeno, o qual precisa ser situado, ou seja, estar sendo vivenciado pelo sujeito pesquisado.

A pesquisa fenomenológica, para Masini (1989),

[...] parte da compreensão de nosso viver - não de definições ou conceitos - da compreensão que orienta a atenção daquilo que se vai investigar. Ao percebermos novas características do fenômeno, ou ao encontrarmos no outro interpretações, ou compreensões diferentes, surge para nós uma nova interpretação que levará a outra compreensão (MASINI, 1989, p. 63).

O ponto de partida da investigação fenomenológica é assim, a compreensão do viver do ser humano. O método fenomenológico é, dessa forma, centrado no homem, especificamente na análise do significado e relevância da experiência humana.

Martins e Bicudo (2006) afirmam que a Fenomenologia,

[...] procura focar o *fenômeno*, entendido como o que se manifesta em seus modos de aparecer, olhando-o em sua totalidade, de maneira direta, sem a intervenção de conceitos prévios que o definam e sem basear-se em um quadro teórico prévio que enquadre as explicações sobre o visto (MARTINS; BICUDO, 2006, p. 16).

Na Fenomenologia busca-se o entendimento do fenômeno em si mesmo. Não há por parte do pesquisador a preocupação em oferecer explicações para além do objeto em análise, nem tampouco realizar generalizações a partir do entendimento que dele é alcançado.

A Fenomenologia, afirma Aranha e Martins (2003):

[...] visa a descrição da realidade e coloca como ponto de partida de sua reflexão o próprio ser humano, no esforço de encontrar o que é dado na experiência, descrevendo “o que se passa” efetivamente do ponto de vista daquele que vive determinada situação concreta (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 150).

Na perspectiva da Fenomenologia, o homem imprime sentidos ao mundo em que vive, ao ser capaz de intuir, tendo intencionalidades, estabelecendo significações sobre tudo aquilo que vai vivenciando em sua existência. Ao estabelecer essas significações para os fenômenos que analisa e interpreta, o homem passa a ser parte constituinte deles.

Para Masini (1989):

[...] o método fenomenológico trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto. Desvendar o fenômeno além da aparência. Exatamente porque os fenômenos não estão evidentes de imediato e com regularidade faz-se necessário a Fenomenologia. O método fenomenológico não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa da hermenêutica) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental (MASINI, 1989, p. 63).

Essa forma de se pensar e conduzir a pesquisa fenomenológica apresenta em si a questão da subjetividade. Contudo, tanto o sujeito como o fenômeno estudado estão no mundo-vida com outros sujeitos, que também percebem e vivenciam os fenômenos.

A percepção na perspectiva fenomenológica, segundo Merleau-Ponty (2006),

[...] não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. A verdade não "habita" apenas o "homem interior", ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, e é no mundo que ele se conhece (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 6).

Assim, os sujeitos que participam de experiências vividas em comum, compartilham sentimentos, emoções, entendimentos, interpretações, comunicações, estabelecendo-se assim, a esfera da intersubjetividade.

Um dos caminhos propostos para a intersubjetividade, conforme Triviños (2002),

[...] tem sido considerar que, quando falamos de um sujeito, não estamos pensando num sujeito como ente empírico, mas como sujeito puro, transcendente, um sujeito geral. Outra via de intersubjetividade está representada no reconhecimento explícito de que não existem diferenças substanciais entre o subjetivo e o objetivo, que ambas são expressões de uma mesma realidade (TRIVIÑOS, 2002, p. 46).

Para a Fenomenologia, nada é objetivo, antes de ter sido subjetivo, ou seja, é a subjetividade que permite alcançar graus de objetividade. A ideia de consciência subjetiva, conforme Martins (1992),

[...] pode ser ilustrada através da percepção. Uma percepção consciente abrange a consciência dos entes que estão no mundo, ou seja, do que é visto, ouvido ou sentido por um sujeito, assim como a consciência que se tem de estar ouvindo ou sentindo. Pode se distinguir na percepção consciente como seu aspecto tanto um estado de alerta para o mundo como um estado de alerta para a iluminação ou esclarecimento do mundo (MARTINS, 1992, p. 64).

A pesquisa fenomenológica, de acordo com Martins (1992), objetiva os significados que os sujeitos atribuem à sua experiência vivida, significados esses que se revelam a partir das descrições realizadas por esses mesmos sujeitos. A descrição da experiência por quem vivencia um fenômeno é o caminho para a compreensão dele, e a linguagem é uma das formas que se abre para essa compreensão.

Para compreender o fenômeno vivido é necessário recorrer ao discurso, à descrição mais ampla do sujeito com o intuito de conseguir uma maior aproximação com a densidade semântica do fenômeno. Apenas um vocábulo, uma expressão, um conceito, uma definição não poderá expressar tudo o que há a ser falado em relação ao que se pretende investigar.

O método fenomenológico é essencialmente descritivo e interpretativo. Ele tem como finalidade a descrição e a interpretação do fenômeno em si, tal como ele se apresenta, sem reduzi-lo a algo que não faça de fato parte dele.

Quadro 1 - Fenomenologia: algumas ideias importantes.

FENOMENOLOGIA	
PONTO DE PARTIDA	Questionamento, indagação acerca de um fenômeno vivenciado pelo sujeito pesquisado.
ÊNFASE	Centrado no ser humano, na análise do significado e relevância da experiência humana.
INTENÇÃO	Pôr a descoberto o fenômeno. Desvendar o fenômeno além da aparência.
OBJETO	Significados que os seres humanos atribuem à sua experiência vivida, que se revelam a partir dos seus discursos.
MÉTODO	Descrição e interpretação do fenômeno em si, tal como ele é, sem reduzi-lo.

Fonte: Autoria própria com fundamento nos autores estudados.

4. Detalhando a pesquisa qualitativa com fundamento na Fenomenologia e concluindo

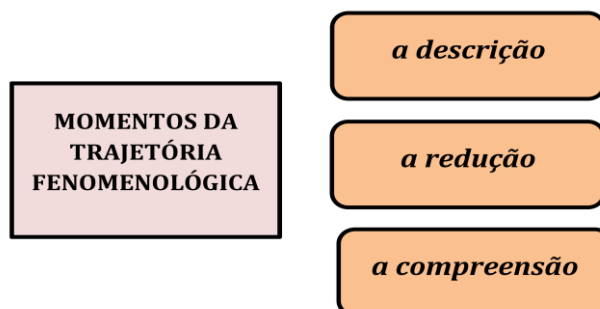
A pesquisa qualitativa fundamentada teoricamente na Fenomenologia, conforme Triviños (2002),

[...] é essencialmente *descritiva*. E como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aquelas são produtos de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como uma totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso não é vazia, mas coerente, lógica, consistente (TRIVIÑOS, 2002, p. 128).

Assim, na pesquisa fenomenológica é fundamental as descrições dos fenômenos, as descrições apresentadas pelos sujeitos, pessoas ou indivíduos. Para estudar as descrições dos sujeitos pesquisados, não existe um procedimento único, pronto, preestabelecido a ser rigorosamente seguido pelo investigador.

Na verdade, existem trajetórias que podem revelar caminhos adequados na busca da compreensão do fenômeno pesquisado. Martins (1992), por exemplo, apresenta e descreve três momentos da trajetória fenomenológica: *a descrição, a redução e a compreensão*.

Figura 1 – Momentos da trajetória fenomenológica.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Martins (1992).

Martins e Bicudo (2005, p. 45), afirmam que a *descrição* “[...] tem o significado de des ex-crivere, isto é, de algo que é escrito para fora”. Nesse sentido Martins *et al.* (1990, p. 43) afirmam que “[...] através das descrições o fenômeno surge. A descrição é um relato de alguém que sabe alguma coisa para alguém que não sabe; não se trata de uma redação ou de um relatório”. É pelas descrições “[...] que o fenômeno situado se ilumina e se desvela para o pesquisador”.

A respeito da *descrição* fenomenológica, Depraz (2008) assevera:

Descrever é dizer aquilo que “vemos”, tentando ser o mais completo possível, ou seja, não negligenciar qualquer uma das facetas da coisa, do evento, da situação que constitui o Objeto da descrição; é também, dessa forma, se esforçar em não preencher o propósito com traços generaliza dores inventados, que não fazem parte da experiência efetiva do Sujeito, os quais sabemos que “muito frequentemente” se dão nesse “tipo” de experiência. Descrever supõe, pois que nos referimos a experiência singular, individuado no tempo e no espaço, e que nos atemos a ela, mesmo tendo que provar da pobreza de nossa descrição (DEPRAZ, 2008, p. 30).

A *descrição* de algum objeto implica diferenciá-lo de outro, elencando suas características e especificidades. Para que isso aconteça adequadamente, o momento da descrição não pode ser compreendido como um procedimento mecânico de tomada de opinião, mas como um encontro social, uma relação efetiva entre o pesquisador e o pesquisado, caracterizada principalmente pela empatia, intuição e imaginação. A *descrição*, no entendimento de Martins e Bicudo (2005),

[...] será tão melhor quanto mais facilitar o leitor ou ouvinte a reconhecer o objeto descrito. O seu mérito principal não é sempre a exatidão ou o relato de pormenores do objeto descrito, mas é a capacidade de criar, para o ouvinte (ou para o leitor), uma reprodução tão clara, quanto possível do mesmo (MARTINS; BICUDO, 2005, p. 46).

Obtidas as descrições dos colaboradores da investigação, o pesquisador deve então proceder à análise das mesmas. Segundo Martins *et al.* (1990) há quatro momentos importantes para análise das descrições:

Leitura da descrição do princípio ao fim sem buscar ainda qualquer interpretação ou identificar qualquer atributo ou elemento, a fim de chegar a um sentido geral do que está descrito; No momento em que um sentido foi obtido, o pesquisador volta ao início e lê novamente o texto, agora tentando apreender unidades de significado dentro de uma perspectiva (do psicólogo, do enfermeiro) e focalizando o fenômeno que está sendo pesquisado; Após obter unidades de significado, o pesquisador percorre todas as unidades identificadas e expressa o significado contido nelas, isto e particularmente verdadeiro para as unidades de significado que são mais reveladoras do fenômeno considerado; Finalmente, o pesquisador sintetiza todas as unidades para chegar a uma estrutura do fenômeno. Alguns pesquisadores usam também este agrupamento de significados a palavra categoria; entendida aqui enquanto tema (MARTINS *et al.*, 1990, p. 43-44).

A *descrição* fenomenológica, segundo Martins (1992), compõe-se de três

elementos: a percepção; a consciência; o sujeito, pessoa ou indivíduo.

A percepção que assume uma primazia no processo reflexivo; a consciência que se dirige para o mundo-vida, isto é, consciência do *corps propre*, ou seja, do corpo vivido, consciência esta que é a descoberta da subjetividade e da intersubjetividade; o sujeito, pessoa ou indivíduo que se vê capaz de experimentar o corpo-vivido por meio da consciência que é a conexão entre o indivíduo, os outros e o mundo (*être-au-monde*) (MARTINS, 1992, p. 59).

O segundo momento da trajetória fenomenológica é a *redução*. O objetivo primeiro da redução fenomenológica, segundo Martins *et al.* (1984, p. 63) é, “[...] mostrar a necessidade de um elemento puro que possa servir de ponto de partida para um pensamento radical, um fundamento absoluto do conhecimento, graças a noção de intencionalidade”.

A *redução*, segundo Bicudo (1999, p. 22), é o procedimento que favorece que “[...] os atos da consciência exponham-se, ou seja, para que se tome ciência deles de modo que, pela reflexão, seu componente, sejam explicitadas as raízes cognitivas das próprias afirmações”.

Para Aguiar e Policarpo (2018, p. 80), a *redução* é o momento da trajetória fenomenológica em que se faz a “[...] crítica reflexiva dos conteúdos da descrição. Esta etapa compreende a manutenção da descrição na sua forma original, procurando analisar a experiência vivenciada sem a interferência de conceitos pessoais e/ou teóricos”.

De acordo com Martins (1992), a *redução* é o momento em que são selecionadas, por intermédio da variação imaginativa, as partes essenciais da descrição do sujeito pesquisado. O pesquisador imagina cada parte da descrição como estando presente ou ausente na experiência, até que a mesma seja reduzida ao essencial para a existência da consciência da experiência.

A respeito da *redução*, assevera Merleau-Ponty (2006):

O maior ensinamento da redução é a impossibilidade de uma redução completa. Eis por que Husserl sempre volta a se interrogar sobre a possibilidade da redução. Se fôssemos o espírito absoluto, a redução não seria problemática. Mas porque, ao contrário, nós estamos no mundo, já que mesmo nossas reflexões têm lugar no fluxo temporal que elas procuram captar [...] não existe pensamento que abarque todo o nosso pensamento (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 10).

A *compreensão*, último momento da trajetória fenomenológica, tem origem,

conforme Martins (1992), simultaneamente à interpretação. É o momento em que o pesquisador pretende obter o significado que é essencial na descrição e na redução realizada. A *compreensão* fenomenológica,

[...] não se dá no vazio. Para que ela se manifeste é preciso que haja algo ou alguém que intencionalmente, esteja tentando se comunicar, seja verbalmente, por meio da escrita, ou na maneira própria de se mostrar pedindo um significado. A compreensão é [...] a capacidade fundamental do homem, que lhe permite o acesso aos outros seres humanos como tal, e ao mundo que se lhe mostra (MARTINS, 1992, p. 78).

Na *compreensão* o pesquisador considera o resultado da redução efetivada como um conjunto de unidades de significado, que se mostram significativas para ele, apontando também para a experiência do sujeito que descreve o fenômeno, para a consciência que se tem do fenômeno investigado. A *compreensão* é uma fase, segundo Martins (1992),

[...] consiste em refletir sobre as partes da experiência que nos parecem possuir significados cognitivos, afetivos e conotativos e, sistematicamente, imaginar cada parte como estando presente ou ausente na experiência. Através da comparação no contexto e eliminações, o pesquisador está capacitado a reduzir a descrição daquelas partes que são essenciais para a existência da consciência da experiência (MARTINS, 1992, p. 60).

As unidades de significado, de acordo com Martins (1992), identificadas na descrição por meio da redução, são inicialmente tomadas tal como foram propostas pelo sujeito que descreveu o fenômeno, sendo depois transformadas em expressões próprias do discurso que sustenta o que está sendo pretendido pelo pesquisador, como por exemplo, um discurso educacional, psicológico, social.

Posteriormente, o pesquisador organiza uma síntese das unidades de significado encontradas, sendo buscado, então, aquilo que se deseja, ou seja, as convergências, divergências ou idiosincrasias presentes nas descrições apresentadas.

Sobre as unidades de significado, esclarece Martins e Bicudo (2005):

[...] como é impossível analisar um texto inteiro simultaneamente, torna-se necessário dividi-lo em unidades. [...] as unidades de significado são discriminações espontaneamente percebidas nas descrições dos sujeitos quando o pesquisador assume uma atitude psicológica e a certeza de que o texto é um exemplo do fenômeno pesquisado. [...] As unidades de significado [...] também não estão prontas no texto. Existem somente em relação à atitude, disposição e perspectiva do pesquisador (MARTINS; BICUDO, 2005, p. 99).

Enfim, pode-se afirmar, com fundamento nas ideias desenvolvidas por Martins (1992), que a trajetória do estudo fenomenológico tem a finalidade de estabelecer um contato direto do pesquisador com o fenômeno vivido pelo sujeito pesquisado. E para compreender o fenômeno vivido pelo sujeito, é necessário recorrer ao seu discurso, à sua descrição mais ampla possível, com o intuito de conseguir uma maior aproximação com a densidade semântica do fenômeno em estudo. Apenas alguns vocábulos, expressões, conceitos e definições apresentadas não poderão expressar todo o conhecimento em relação ao que está sendo investigado.

Referências

AGUIAR, E. C.; POLICARPO, M. C. Fenomenologia da Percepção: uma abordagem para a investigação de experiência de consumo. **Consumer Behavior Review**, Universidade Federal de Pernambuco, v.2, n.2, p.72- 83, 2018

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo, SP: Moderna, 2003.

ASTI VERA, A. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Porto Alegre, RS: Globo, 1983.

BELLO, A. A. **Introdução à Fenomenologia**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BICUDO, M. A. V. Filosofia da Educação Matemática: um enfoque fenomenológico. In: BICUDO, M. A. V. (Org.). **Pesquisa em Educação Matemática**: concepções e perspectivas. São Paulo, SP: UNESP, 1999. p. 21-43.

BICUDO, M. A. V.; PAULO, R. M. Um exercício filosófico sobre a pesquisa em educação matemática no Brasil. **Bolema**. Boletim de Educação Matemática (UNESP, Rio Claro, Impresso), v. 25, p. 251-298, 2011.

BUENO, E. R. A. Fenomenologia: a volta às coisas mesmas. In: PEIXOTO, A. J. (org.). **Interações entre Fenomenologia e Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. p. 09-42.

DARTIGUES, A. **O que é Fenomenologia?** Tradução de Maria José J.G. de Almeida. São Paulo, SP: Moraes, 1992.

DEPRAZ, N. **Compreender Husserl**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARTINS, J. *et al.* **Temas fundamentais de Fenomenologia**. São Paulo, SP: Moraes, 1984.

MARTINS, J. **Um enfoque fenomenológico do currículo: Educação como poésis**. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **Estudos sobre existencialismo, Fenomenologia e Educação**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Centauro, 2005.

MARTINS, J. *et al.* A Fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações. In: **Cadernos da Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativos**, v. 1, n. 1, São Paulo, SP: A Sociedade, 1990. p. 33-48.

MASINI, E. F. S. O enfoque fenomenológico de pesquisa em Educação. In: FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo, SP: Cortez, 1989. p. 61-67.

MERLEAU-PONTY, M. **Ciências do homem e Fenomenologia**. São Paulo, SP: Saraiva, 1973.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto de Ribeiro Moura. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

CAPITULO II



FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO GRUPO FOCAL NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS

Guilherme Saramago de Oliveira
Ana Maria de Oliveira Cunha
Euzane Maria Cordeiro
Núbia dos Santos Saad

Existe uma polêmica instaurada no campo das ciências sociais entre os pesquisadores que utilizam e concebem o grupo focal de forma diferenciada. Em áreas como a publicidade, marketing, saúde, planejamento e gestão, os grupos focais se configuram mais como um processo de entrevista coletiva em que os trabalhos são desenvolvidos de forma operativa, com a adoção de procedimentos estruturados, controlados por questões específicas e num tempo determinado (GOMEZ, 2005, p. 40).

1. Ideias iniciais

Uma pesquisa científica pode ser desenvolvida, de acordo com Severino (2007), na perspectiva da abordagem quantitativa ou na perspectiva da abordagem qualitativa. Para esse autor,

Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa e qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia particular. Daí ser preferível falar-se de *abordagem quantitativa*, de *abordagem qualitativa*, pois como essas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas (SEVERINO, 2007, p. 119).

Em seus estudos, Malhotra (2011) estabelece uma relação entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa evidenciando suas principais diferenças.

Quadro 1 – Principais Características da Pesquisa Qualitativa e da Pesquisa Quantitativa.

	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Quantitativa
OBJETIVO	Obter uma compreensão qualitativa das razões e motivações básicas	Quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para a população de interesse
AMOSTRA	Pequeno número de casos não representativos	Grande número de casos representativos
COLETA DE DADOS	Não estruturada	Estruturada
ANÁLISE DE DADOS	Não estatística	Estatística
RESULTADOS	Desenvolver uma compreensão mais profunda	Recomendar um curso final de ações

Fonte: Autoria própria conforme as ideias expressas por Malhotra (2011, p. 122).

As pesquisas qualitativas, para Severino (2007), são usadas quando se buscam percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão ou questões, abrindo espaço para análises e interpretações do pesquisador. Na verdade, uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas.

A abordagem qualitativa, conforme Minayo (2001), é utilizada em pesquisas nas Ciências Sociais tendo como preocupação primeira a busca da compreensão da lógica que permeia a prática social que efetivamente ocorre na realidade.

A abordagem qualitativa nas pesquisas, afirma Chizzotti (2003, p. 79), “[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Nessa compreensão da abordagem qualitativa, o conhecimento, portanto, não se restringe a uma mera interpretação de dados isolados, estáticos, conectados por uma análise de cunho puramente descritivo ou explicativo.

Na abordagem qualitativa, o pesquisador é parte integrante e ativa do processo de produção/elaboração do conhecimento, analisando e interpretando os dados obtidos, atribuindo-lhes um sentido contextualizado. O dado analisado não é

hermético, cristalizado e neutro, possui sentidos e relações que os indivíduos criam a partir de suas próprias ações e reações sobre o tema estudado.

Os fundamentos teóricos da investigação, a metodologia, a técnica e procedimentos para obtenção dos dados, as formas de tratamento da informação e a capacidade intelectual do pesquisador na elaboração/produção do trabalho científico, constituem os aspectos essenciais que contribuem para a realização de uma pesquisa de cunho qualitativo.

O pesquisador tem, então, como uma das metas mais importantes e prioritárias no desenvolvimento de uma investigação científica qualitativa, obter os dados que darão suporte para o alcance dos objetivos estabelecidos para a pesquisa pretendida. E uma das alternativas para alcançar tal propósito seria utilizar a entrevista como instrumento de coleta dos dados.

2. As entrevistas na pesquisa qualitativa

Para Bauer e Gaskell (2002, p. 65), a Pesquisa Qualitativa que tem a entrevista como o protótipo mais conhecido, evita a utilização de dados predominantemente numéricos e lida de forma prioritária com a análise e interpretação das realidades sociais. “A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa. Tal compreensão poderá contribuir para um número de diferentes empenhos na pesquisa”.

A entrevista, segundo Lakatos e Marconi (2002, p. 92), “[...] é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Para as autoras a entrevista é um importante instrumento de coleta de dados para desenvolvimento de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Elas consideram a entrevista como “[...] um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”.

Szymanski (2002, p. 10) considera a entrevista como um processo de interação social, onde o entrevistador tem por objetivo obter do entrevistado as informações necessárias ao estudo. Para a autora, quando se considera “[...] o caráter de interação social da entrevista, passamos a vê-la submetida às condições comuns de toda interação face a face, na qual a natureza das relações entre entrevistador/

entrevistado influencia tanto o seu curso como o tipo de informação que aparece”.

A entrevista, de acordo com as ideias expressas por Lüdke e André (2018, p. 38-39), é um dos principais instrumentos para a obtenção dos dados em diferentes tipos de pesquisa científica. Consideram essas autoras que a entrevista possibilita a obtenção rápida das informações desejadas, além de permitir esclarecimentos, complementos e correções sobre a questão em estudo. A entrevista “[...] permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Também pode possibilitar “[...] o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais”.

Para que uma determinada entrevista atinja plenamente as finalidades pretendidas é necessária a sua adequada preparação. A preparação da entrevista consiste numa etapa importante da pesquisa e requer do pesquisador tempo e a execução de certas ações fundamentais, dentre elas: planejar detalhadamente a entrevista; definir os objetivos a serem alcançados; selecionar entrevistados que possuem conhecimento da temática estudada; verificar a disponibilidade e interesse dos entrevistados em participar da entrevista; agendar com antecedência a data, o horário e o local da entrevista; estabelecer procedimentos que garantam aos entrevistados o sigilo absoluto de suas confidências e de suas identidades e elaborar o roteiro ou formulário com as questões consideradas essenciais à efetivação da pesquisa.

Quanto à elaboração das questões da entrevista, Bourdieu (1999) entende que o pesquisador deve ter cautela e evitar a formulação de perguntas absurdas, arbitrarias, ambíguas ou tendenciosas. As perguntas da entrevista devem ser elaboradas levando-se em consideração a sequência do pensamento dos entrevistados para dar continuidade na conversação e conduzir a entrevista dentro de um sentido lógico para os pesquisados. Para se obter uma narrativa natural é interessante evitar indagações diretas, que normalmente dificultam o estabelecimento de um diálogo mais harmonioso e tranquilo entre os participantes.

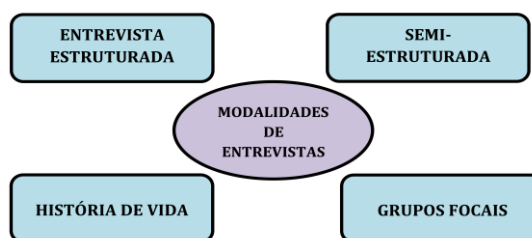
Os pesquisadores, por meio da utilização da entrevista, buscam obter os dados objetivos e subjetivos necessários ao estudo. Os dados objetivos podem ser obtidos também, por meio do uso de fontes secundárias (censos, estatísticas e outros).

Entretanto, os dados subjetivos, de maneira geral, só podem ser obtidos por meio do uso da entrevista, uma vez que tais dados se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões das pessoas entrevistadas.

A esse respeito, Szymanski (2002, p. 10) afirma que “[...] a entrevista é um instrumento que tem sido empregado em pesquisas qualitativas como uma solução para o estudo de significados subjetivos e de tópicos complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados num formato padronizado”.

No desenvolvimento de investigações científicas nas áreas de Ciências Sociais e Humanas são utilizadas várias modalidades de entrevistas. Dentre elas, a entrevista estruturada, a semi-estruturada, a história de vida e a entrevista com grupos focais.

Figura 1 – Modalidades de entrevistas.



Fonte: Autoria própria.

A entrevista estruturada ou dirigida é uma modalidade de entrevista muito aplicada nos censos, como os do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nas pesquisas de opinião, nas pesquisas eleitorais, nas pesquisas de mercado.

Essa modalidade de entrevista, para Soriano (2004),

[...] é utilizada em diversas disciplinas, tanto sociais quanto de outras áreas para a realização de sondagens, pois ela permite colher abundante informação básica sobre o problema, sendo também empregada para fundamentar hipóteses e orientar estratégias para aplicar outras técnicas de coleta de dados (SORIANO, 2004, p. 153).

Uma entrevista estruturada ou dirigida, de maneira geral, é organizada e desenvolvida mediante a elaboração prévia de um roteiro contendo certo número de perguntas fechadas. Essas perguntas devem ser formuladas aos entrevistados sem nenhuma modificação quando da aplicação. Busca-se, assim, na entrevista estruturada realizar um estudo comparativo fundamentado no mesmo conjunto de perguntas em que as diferenças se manifestem nas respostas apresentadas pelos respondentes e não nas perguntas formuladas pelo pesquisador.

Já a entrevista semi-estruturada, é uma modalidade muito utilizada quando se pretende delimitar o volume das informações a serem coletadas, obtendo-se assim, um direcionamento maior para a temática em estudo e intervindo a fim de que os objetivos propostos para o trabalho sejam plenamente alcançados.

A entrevista semi-estruturada é organizada a partir de perguntas abertas e fechadas, onde o colaborador da pesquisa tem a possibilidade de discorrer detalhadamente, em alguns dos itens, sobre o tema proposto pelo pesquisador.

Para Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada,

[...] é aquela que parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Assim, vale ressaltar que durante a realização da entrevista, o pesquisador deve seguir um roteiro básico composto por um conjunto de questões previamente estabelecidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal.

Outro aspecto importante na entrevista semi-estruturada consiste no fato de o entrevistador ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa, fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou colaborar para recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado dê respostas que não estejam vinculadas ao tema ou apresente alguma dificuldade de discorrer sobre ele.

Outra modalidade de entrevista, a história de vida, é entendida por Meihy (1996), como um relato de experiências vivenciadas pelos seres humanos ao longo de sua existência, não apenas daqueles com idade mais avançada, mas também de crianças, adolescentes e jovens. A história de vida consiste no registro de determinados fatos, acontecimentos e momentos que, para o ser humano, são significativos e constitutivos de uma experiência que ocorreu no passado e dos quais ele se recorda.

A história de vida é, portanto, uma narrativa que cada indivíduo faz do seu vivido e, ao transmiti-lo aos outros, apresenta a sua visão de mundo. É a explicação que ele elabora a partir dos momentos significativos que seletivamente foram memorizados.

Conforme Meihy (1996), a história de vida é uma técnica de entrevista cuja aplicação demanda uma investigação de longa duração. Segundo o autor, não é apenas por meio de uma ou duas entrevistas simplesmente que se esgota o que um colaborador pode relatar a respeito do assunto pesquisado.

A história de vida, afirma Chizzotti (2003):

É um instrumento de pesquisa que valoriza a obtenção de informações contidas na vida de uma ou de várias pessoas e pode ter forma literária tradicional como memórias, crônicas ou relatos de homens ilustres que, por si mesmos ou por encomenda própria ou de terceiros, relatam os feitos vividos pela pessoa. As formas novas valorizam a oralidade, as vidas ocultas, o testemunho vivo das épocas ou períodos históricos. (...) pode ter a forma autobiográfica, onde o autor relata suas percepções pessoais, os sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência ou os acontecimentos vividos no contexto de sua trajetória de vida. Pode ser um discurso livre de percepções subjetivas ou recorrer a fontes documentais para fundamentar as afirmações e relatos pessoais (CHIZZOTTI, 2003, p. 95).

3. A Entrevista denominada Grupo Focal

Em relação ao Grupo Focal, Bauer e Gaskell (2002) e Gatti (2005) concebem essa modalidade de entrevista, como uma técnica qualitativa de pesquisa, que para ser desenvolvida, o pesquisador reúne, em um mesmo local e durante certo período de tempo, uma determinada quantidade de pessoas que constituem parte da população pesquisada com a finalidade de se obterem informações consideradas fundamentais para a compreensão do fenômeno objeto da investigação.

No Grupo Focal, de acordo com Wenzel (2012),

Usa-se a expressão 'focal' porque as conversações são realizadas como uma atividade coletiva, como realizar uma tarefa, assistir um filme e depois debater sobre esse assunto com um conjunto específico de questões. Embora se possa confundir com entrevistas grupais, a ideia é um pouco mais ampla, no sentido de que os participantes expõem suas ideias e comentários (WENZEL, 2012, p. 55).

Segundo Barbour (2009), Grupo Focal é uma discussão realizada por certo número de pessoas reunidas para atender a determinados objetivos e cujas interações são motivadas e estimuladas pelo pesquisador. Para a autora é na fase exploratória dos projetos de pesquisa que os grupos focais são mais utilizados.

No entendimento de Vergara (2004, , p. 56), o Grupo Focal se constitui na reunião de uma pequena quantidade de indivíduos "[...]com as quais o pesquisador

discute sobre o problema a ser investigado, de modo a obter mais informações sobre ele, dar-lhe um foco, um afinamento, bem como uma direção ao conteúdo dos instrumentos de coleta de dados”.

O Grupo Focal não é uma técnica de pesquisa com criação e utilização recentes. Há muitos anos, o seu uso é muito comum, principalmente, nas áreas industrial e comercial. No entanto, na área da educação ainda é pouco frequente a sua utilização.

É importante esclarecer, entretanto, que as finalidades do Grupo Focal pretendidas pelos cientistas sociais e pelos pesquisadores do mercado são completamente distintas. Os cientistas sociais têm como meta desenvolver um processo de investigação, por meio do qual, um grupo de participantes especialmente selecionados, respondem às questões fundamentais da pesquisa para que depois, os dados obtidos, possam ser teoricamente analisados, interpretados e compreendidos em toda a sua complexidade e extensão. Os pesquisadores do mercado realizam investigações, geralmente com perspectivas limitadas, buscando apenas obter respostas imediatas, que possibilitem o surgimento de propostas inovadoras para manter as organizações, para quais trabalham, competitivas, com custos cada vez mais reduzidos e com aumento constante dos lucros.

Para Gatti (2005), o Grupo Focal tem como finalidade precípua, coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre os participantes do grupo constituído, informações acerca de um tema específico, havendo assim, intencionalidade clara e um foco bem definido.

A natureza das discussões que ocorrem nos grupos focais, segundo Barbour (2009, p. 41), indica “[...] que as histórias provavelmente não vão se desenvolver sequencialmente, tal como seria o caso em uma entrevista individual e, portanto, o quadro apresentado será confuso e as tentativas de analisar os dados serão frustrados”.

De maneira geral, um Grupo Focal é constituído por um número de participantes que varia de seis a doze pessoas. Esses participantes são previamente selecionados a partir da existência entre eles, de alguma(s) característica(s) comum(ns), não sendo então, um grupo espontaneamente formado. Pretende-se que no Grupo Focal seja estabelecido um diálogo entre os participantes, o que possibilitará ao pesquisador o acesso aos dados de que necessita para elucidar as

questões de investigação pretendidas.

Para Dal'Igna (2012),

Este diálogo deve estimular tanto as ideias consensuais quanto as contrárias. Da mesma forma, a técnica de grupo focal, diferentemente de entrevistas (individuais ou coletivas), permite produzir um material empírico a partir do qual se pode analisar diálogos sobre determinados temas e não falas isoladas (DAL'IGNA, 2012, p. 204).

A quantidade de grupos focais a serem formados para o desenvolvimento de uma determinada pesquisa, bem como o número de participantes em cada um deles, é definida no desenvolvimento do próprio trabalho de investigação e segundo as necessidades detectadas pelo pesquisador, conforme as finalidades pretendidas.

A respeito da organização do Grupo Focal, Gatti (2005) esclarece que,

Visando abordar questões em maior profundidade, pela interação grupal, cada grupo focal não pode ser grande, mas não pode ser excessivamente pequeno, ficando sua dimensão preferencialmente entre seis a 12 pessoas. Em geral, para projetos de pesquisa, o ideal é não trabalhar com mais de dez participantes. Grupos maiores limitam a participação, as oportunidades de trocas de ideias e elaborações, o aprofundamento no tratamento do tema e também os registros (GATTI, 2005, p. 22).

O Grupo Focal, conforme Gatti (2005), é considerado um tipo especial de entrevista em que o pesquisador cria as condições necessárias para que o grupo constituído possa interagir plenamente e estabelecer um processo de comunicação sem ingerências indevidas.

A utilização de Grupo Focal, segundo Giacomini (2011, p. 54), “[...] como técnica de pesquisa ressalta a importância da análise das interações e das trocas entre os informantes, exigindo da pesquisadora um olhar e uma escuta atenta para as rupturas, os silêncios, os consensos, os dissensos, as sequências das falas”.

No desenvolvimento do trabalho nos grupos focais, o pesquisador evita posicionar-se, fazer indagações diretas, sintetizar o debate realizado ou propor ideias que de alguma forma provoquem interferências na maneira dos indivíduos pensarem e expressarem seus saberes. Se o objetivo pretendido pelo pesquisador é conhecer o que pensa um participante sem a interferência dos outros, a técnica de grupos focais não é considerada a mais apropriada.

Em virtude disso, as questões pensadas e produzidas pelo pesquisador para desenvolver a entrevista no Grupo Focal devem ser capazes de estabelecer, estimular e manter o debate entre os participantes, sem que isso seja equiparado a uma preocupação com a formação de consensos. É obvio que algumas assertivas causam mais polêmicas que outras, gerando ações e reações que ora convergem ora divergem. Durante a entrevista, o mais importante é criar as condições necessárias para que todos os colaboradores tenham as mesmas oportunidades de apresentar suas concepções e que elas sejam debatidas e analisadas pelo grupo.

A principal tarefa do entrevistador, para Flick (2009) é

[...] impedir que participantes individuais ou grupos parciais dominem, com suas contribuições, a entrevista e, conseqüentemente, todo o grupo. Além disso, o entrevistador deve estimular membros com comportamento reservado a envolverem-se na entrevista e a emitirem suas opiniões, devendo tentar obter respostas de todo o grupo a fim de permitir a maior abrangência possível ao tópico. Por isso, ele deve buscar um equilíbrio em sua conduta entre guiar (diretivamente) o grupo e moderá-lo (não diretamente) (FLICK, 2009, p. 181).

Para Morgan e Krueger, citados por Gatti (2005, p.9), a pesquisa que utiliza a técnica de grupos focais, possibilita ao pesquisador “[...] captar, a partir de trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos”. No Grupo Focal isso é possível, pois os participantes sentem-se mais à vontade, livres para revelar a natureza e as origens de suas ideias e opiniões a respeito da temática abordada, permitindo que os pesquisadores compreendam as questões debatidas de uma forma abrangente.

O Grupo Focal, segundo Gatti (2005, p. 9), “[...] permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar”.

Os dados oriundos do trabalho desenvolvido no Grupo Focal revelam, assim, informações mais detalhadas do que daqueles obtidos a partir de outros tipos de levantamentos, tais como o uso de questionários, entrevistas pessoais e outras formas utilizadas pelas pesquisas individuais.

De acordo com Bauer e Gaskell (2002), a modalidade de entrevista

desenvolvida a partir do Grupo Focal pode ser utilizada como uma estratégia para ampliar a compreensão das informações que foram obtidas por meio da utilização de outras técnicas, de outros métodos de investigação, pois é uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com os sujeitos que colaborarão com a realização efetiva da pesquisa.

Esses autores afirmam, ainda, que as informações que emergem durante a realização das entrevistas nos grupos focais são fundamentais para a elaboração de novas hipóteses de estudo, para a exploração detalhada das variáveis intermediárias da pesquisa, para obter explicações mais apropriadas sobre determinados fatos constatados, bem como para a validação e comprovação de informações a partir da análise comparativa das diferentes idéias explicitadas pelos colaboradores.

Para Bauer e Gaskell (2002), o Grupo Focal é uma entrevista aberta, de natureza essencialmente qualitativa, previamente pensada e organizada, cuja finalidade primordial é a compreensão detalhada das idéias apresentadas por um grupo de pessoas a cerca de determinadas questões que estão sendo investigadas. Assim, a entrevista aberta, deve ser utilizada quando o pesquisador pretende que o assunto em discussão seja exaustivamente detalhado, de acordo com a visão e a crença dos entrevistados, para que possa, assim, obter o maior número possível de informações sobre aquilo que está sendo investigado.

Segundo Minayo (1993 e 2001), a utilização da técnica de entrevista aberta é uma estratégia que atende principalmente, a finalidades exploratórias. É uma técnica muito importante para o detalhamento e aprofundamento das questões tidas como fundamentais e para a formulação mais precisa dos conceitos relacionados ao estudo desenvolvido.

Na organização e estruturação da técnica de entrevista aberta, de acordo com Minayo (1993 e 2001), a temática é introduzida pelo entrevistador e os entrevistados têm total liberdade para discorrer sobre o assunto proposto. Todos os questionamentos, as indagações vão sendo respondidas dentro de uma conversação informal entre os participantes.

A entrevista focalizada, conforme o entendimento de Gil (2008), dentre outros aspectos importantes, enfatiza um tema específico, exige grande habilidade do pesquisador, permite aos entrevistados falar livremente sobre o tema proposto, e explora a

fundo alguma experiência vivida em condições precisas.

Uma das características fundamentais da técnica de grupos focais, para Gatti (2005), é o fato de que ela trabalha com a análise e reflexão das falas expressas dos participantes, permitindo que eles apresentem, ao mesmo tempo, seus conceitos, concepções e impressões sobre determinado assunto debatido durante a entrevista.

A expressão verbal que é manifestada nos grupos focais não é simplesmente uma descrição ou mera exposição oral; ela é, sobretudo, uma forma de pensamento que decorre do diálogo, da troca de ideias, da análise dos fatos que vão sendo relatados. Parte-se do pressuposto que todas as ideias, valores, crenças e concepções que são apresentadas devem ser debatidas e analisadas pelos participantes. Em consequência, as informações produzidas ou aprofundadas no grupo são essencialmente de natureza qualitativa.

Os grupos focais, conforme Gatti (2005), constituem uma técnica de entrevista que respeita o princípio da não-diretividade por parte do pesquisador. No entanto, é essencial destacar que não se trata de uma posição não-diretiva absoluta do investigador. Deve ele, encaminhar o debate do tema, participando e envolvendo-se sempre que necessário, para facilitar as trocas de ideias, buscando manter, desta forma, os objetivos do trabalho previamente estabelecidos.

Segundo Bauer e Gaskell (2002), para que o desenvolvimento da entrevista em um Grupo Focal atinja pleno êxito, deve ela contar com a presença de um moderador, geralmente o próprio pesquisador, cujo papel é considerado a função-chave da técnica.

Os participantes no decorrer da técnica, de acordo com Gill (2009),

[...] interagem entre si num processo de discussão que é observado e registrado pelo moderador, que é alguém integrado ao grupo. Assim, ao final, obtêm-se informações não apenas acerca do que as pessoas pensam, mas também em relação ao que sentem e como agem (GILL, 2009, p. 84).

No Grupo Focal, a primeira tarefa do moderador é a sua própria apresentação e também uma rápida apresentação do tema que será debatido. Logo após, os participantes do grupo devem se apresentar. Durante a entrevista, a interferência do entrevistador deve ser a mínima possível e este deve assumir muito mais uma postura de ouvinte. Apenas em casos importantes, como por exemplo, para focalizar e

aprofundar a discussão ou para evitar o término antecipado da entrevista, poderá interromper a fala do colaborador.

Para Sousa (2011), a técnica terá o devido sucesso na medida em que o moderador tiver

[...] domínio das técnicas de dinâmica de grupo e saiba tolerar ambiguidades, paradoxos, contradições, insuficiência, impaciências, e consiga ouvir, interromper nos momentos necessários, fazer sínteses e reformulações sem emitir sua visão, estimular a participação e evitar monopólios da palavra, tomar cuidado com a linguagem para não fazer aprovação ou reprovação do que está sendo dito (SOUSA, 2011, p. 85).

A qualidade das informações produzidas e obtidas no Grupo Focal, esclarece Gatti (2005), está intimamente vinculada ao desempenho das funções do moderador. O moderador deve atuar no sentido de fazer com que o debate se desenvolva entre os participantes. Ele é responsável, principalmente, pelo início do diálogo, pela motivação permanente do grupo, pelo desenrolar das discussões e pela conclusão dos debates.

Em seus estudos, Oliveira e Freitas (1998), descrevem várias vantagens e desvantagens da utilização de grupos focais como método qualitativo para desenvolvimento de pesquisas. O quadro que se segue apresenta algumas vantagens e algumas desvantagens de acordo com o exposto pelas autoras.

Quadro 2 – Grupos focais: vantagens e desvantagens.

GRUPOS FOCALIS	
VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de coletar dados a partir da interação de grupo, a qual se concentra no tópico de interesse do pesquisador. • Observar uma grande quantidade de interações sobre um tópico em um limitado espaço de tempo • O procedimento mede efetivamente o que se deseja e tem-se a plena legitimidade e a convicção ou crença nos dados coletados. • Custo baixo em relação a outros métodos. • Rapidez no fornecimento dos resultados. • Permite ao pesquisador aumentar o tamanho da amostra dos estudos qualitativos. • Relativa espontaneidade das respostas dos participantes. • Razoável nível de envolvimento dos participantes. • Oferece um forte mecanismo para que o controle das interações fique nas mãos dos participantes e não do pesquisador. • Consome menos tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorre em um agrupamento social não natural. • O pesquisador tem menos controle sobre os dados que são gerados (no caso de existir um grupo de questões pré-definidas ou uma forte necessidade de manter comparação entre as entrevistas). • Não é possível saber se a interação em grupo reflete ou não o comportamento individual. • Os dados são mais difíceis de serem analisados. A interação do grupo forma um ambiente social e os comentários devem ser interpretados dentro deste contexto. • Exige entrevistadores preparados cuidadosamente. • Os grupos são difíceis de serem reunidos. • A discussão deve ser conduzida num ambiente que propicie o diálogo. • Produz menor quantidade de dados (por pessoa) do que se fosse utilizada a entrevista individual.

Fonte: Autoria própria conforme o exposto por Oliveira e Freitas (1998, p. 4-5).

4. Concluindo

Neste texto, a técnica de entrevista denominada Grupo Focal foi abordada na perspectiva de diferentes fundamentos teóricos, visando à sua adequada conceituação, estrutura e dinâmica de realização. Buscou-se inserir esta técnica numa discussão de natureza qualitativa e enfatizar os aspectos positivos que dela podem decorrer no sentido de demonstrar a sua importância no desenvolvimento de investigações que pretendam esclarecer em riqueza de detalhes o fenômeno estudado.

Em suma, face ao exposto ao longo do texto, é imprescindível salientar que o Grupo Focal pode, então, ser conceituado como uma técnica de investigação que tem por finalidade precípua obter informações de natureza descritiva, oriundas da interação entre os participantes de um determinado grupo, durante a realização de um debate sobre assunto de interesse do pesquisador. O Grupo Focal utiliza então, da interação grupal para produzir saberes e apreender fatos e acontecimentos que poderiam ser menos acessíveis sem a interação vivenciada em um grupo específico, constituído com essa intenção.

Referências

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

DALIGNA, M. C. Grupo Focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico metodológico. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, A. **Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições, 2012. p. 195- 217.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GATTI, B. A. **Grupo Focal em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2005.

GIACOMINI, S. A. **Processos de produção de masculinidades e feminilidades juvenis**: articulações com violências de gênero. 2011. 117f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GILL, A. C. **Estudo de caso**: Fundamentação científica. Subsídios para coleta e análise de dados. Como redigir o relatório. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

GOMES, S. R. Grupo Focal: uma alternativa em construção na pesquisa educacional. **Cadernos de Pós-Graduação**. São Paulo, SP, v. 4, Educação, p. 39-45, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2002.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro, RJ: E.P.U., 2018.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: foco na decisão. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, SP/Rio de Janeiro, RJ: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, M.; FREITAS, H. Focus group, pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. **RAUSP**, São Paulo, SP, v. 33, n. 3, p. 83-91, Jul-Set., 1998.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2007.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUSA, C. S. **O desenvolvimento curricular do Curso de Fisioterapia em uma instituição de Ensino Superior do Interior do Estado da Bahia**. Um estudo de caso do tipo etnográfico. 2011. 186f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania. Universidade Católica de Salvador, 2011.

SZYMANSKI, H. (org.). **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília, DF: Plano Editora, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em educação: a prática reflexiva. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo, SP: Atlas, 2004.

WENETZ, I. **Presentes na escola e ausentes na rua**. Brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e pela sexualidade. 2012. 229f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre, RS, 2012.

CAPITULO III



METASSÍNTESE QUALITATIVA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Guilherme Saramago de Oliveira
Maria Irene Miranda
Silvana Malusá
Núbia dos Santos Saad

A metassíntese qualitativa permite, portanto, que as investigações primárias sejam estudadas com profundidade. As análises podem ser desenvolvidas por meio de relações entre as pesquisas, como comparações, semelhanças e diferenças. Com a análise dos dados e a reflexão sobre eles, surge a metassíntese qualitativa, que apresenta o objeto de investigação com nível elevado de abstração e compreensão (ALENCAR; ALMOULOU, 2017, p. 208).

1. Ideias iniciais

Na atualidade, observa-se nas diferentes áreas o aumento significativo na produção de conhecimentos. Esse fato está sem dúvida, diretamente vinculado ao extraordinário avanço da ciência nas últimas décadas, o que acaba por exigir dos profissionais a constante atualização de seus conhecimentos. Para agilizar o acesso a esses saberes, muitos estudos tem se organizado por meio de estratégias metodológicas denominadas de revisão da literatura ou revisões sistemáticas de investigações qualitativas.

No entendimento de Garcia (2016, p. 292), a revisão bibliográfica “[...] é uma parte muito importante de toda e qualquer pesquisa, pois é a fundamentação teórica, o estado da arte do assunto que está sendo pesquisado”. Para o autor “Toda pesquisa, qualquer que seja seu delineamento ou classificação em termos metodológicos, deverá ter a revisão bibliográfica”.

A revisão de literatura, resumidamente, é uma modalidade de pesquisas que visa melhor compreender os resultados de diversas outras pesquisas, buscando a partir deles a sistematização dos saberes e a produção de novas interpretações dos fenômenos estudados. Esse tipo de estudo científico possibilita o acesso a saberes já produzidos e devidamente publicados, contribuindo para o avanço científico na área pesquisada, na medida em que pode gerar a produção de novos conhecimentos.

No entendimento de Noronha e Ferreira (2000), as pesquisas de revisão são:

[...] estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 191).

A revisão de literatura envolve tipos de pesquisa cuja perspectiva metodológica se diferencia. Dentre elas, a meta-análise e a metassíntese. Para Zimmer (2006), a meta-análise visa agregar e reduzir os dados, geralmente de forma numérica, com ênfases em interpretações de natureza estatística. Na metassíntese ocorre a comparação e análise dos dados obtidos nas obras estudadas com a finalidade de obter novas interpretações e significados do fenômeno investigado.

Lopes e Fracoli (2008) reverberam Zimmer (2006) ao afirmarem que a metanálise é um tipo de estudo de natureza quantitativa onde prevalece o uso de conhecimentos estatísticos para analisar dados pré-existentes, enquanto a metassíntese visa à integração de estudos primários, estabelecendo comparações, análises e reflexões com o intuito de produzir novas ideias.

Analisando e refletindo a respeito da Metassíntese Qualitativa, Barroso *et al.* (2003) afirmam:

Embora possa ser considerada análoga à meta-análise, com "um interesse comum em sintetizar estudos empíricos" bem como um desejo de usar uma abordagem sistemática, inclusiva e comunicável na integração entre pesquisas, na metassíntese qualitativa não se calculam médias ou se reduz os resultados a uma "métrica comum". O

objetivo da meta-síntese qualitativa é criar amplas traduções interpretativas de todos os estudos que foram examinados [...] (BARROSO *et al.*, 2003, p. 154, tradução nossa).

2. A abordagem qualitativa na pesquisa

As pesquisas científicas desenvolvidas numa abordagem qualitativa, de acordo as ideias defendidas por Bicudo (2014, p. 7-8), desenvolvem estudos de “[...] questões que focam experiências individuais vivenciadas e relatadas, descrições de situações, narrativas de acontecimentos, ou seja, sempre trabalham com especificidades contextualizadas”. Nesta abordagem, para a autora, o foco é “[...] a individualidade e descrição pormenorizada do percebido/observado”.

No entendimento de Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não tem o propósito de estabelecer medidas numéricas ou pressupostos de análise estatística para a temática estudada. Para essa autora, a pesquisa qualitativa,

Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58)

Em seus estudos, Yin (2016) relaciona algumas características da pesquisa qualitativa. De acordo com o autor, a pesquisa qualitativa estuda o significado que tem a vida do ser humano na sua realidade concreta, trabalha com a representação de ideias, opiniões e perspectivas dos indivíduos, considera nos estudos o contexto social das pessoas, busca explicar o comportamento social da pessoa a partir da explicitação de conceitos existentes ou emergentes, e utiliza diversas fontes de evidência para melhor compreender o fenômeno.

Estabelecendo uma diferenciação entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa, André (1995) assevera:

Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas pesquisa qualitativa (ANDRÉ, 1995, p. 17).

Para a autora Minayo (2001, p. 21), a pesquisa qualitativa visa, principalmente,

compreender a realidade das pessoas num dado contexto social, nas relações sociais instituídas, pressupondo que o ser humano faz parte de uma história coletiva, marcada e influenciada por uma cultura própria da realidade concreta em que se insere. A pesquisa qualitativa se desenvolve a partir do “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A pesquisa que se organiza e se desenvolve numa abordagem qualitativa, ganha novo significado, conforme o pensamento de Garnica (1997),

[...] passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando única e/ou aprioristicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador. Essa ‘compreensão’, por sua vez, não está ligada estritamente ao racional, mas é tida como uma capacidade própria do homem, imerso num contexto que constrói e do qual é parte ativa (GARNICA, 1997, p. 111).

Em seus estudos Minayo (2001) analisando importantes questões sobre a pesquisa científica apresenta várias ideias que distinguem a pesquisa qualitativa da pesquisa quantitativa. O quadro a seguir apresenta algumas das principais distinções entre elas.

Quadro 1 – Principais diferenças entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa.

PESQUISA QUALITATIVA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes; ➤ Se preocupa em compreender os fenômenos; ➤ Busca explicar a realidade social de forma subjetiva; ➤ Busca analisar dados não visíveis da realidade, busca expô-los e interpretá-los.
PESQUISA QUANTITATIVA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Trabalha com dados numéricos, com estatística e visa a criar modelos abstratos ou a descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades; ➤ Se preocupa em quantificar e em explicar os fenômenos; ➤ Busca explicar a realidade social de forma objetiva; ➤ Busca analisar dados visíveis e identificáveis recolhidos da realidade empírica.

Fonte: A autoria própria com fundamento em Minayo (2001).

3. Pesquisa Bibliográfica e as revisões sistemáticas de investigações qualitativas

Ao desenvolver um estudo sistematizado sobre o tema “pesquisa” se constata que há vários critérios para classificar uma pesquisa. Em seus estudos, Gil (2002), ao considerar os procedimentos técnicos adotados, classifica as pesquisas em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa ex-pos-facto, levantamento, estudo de caso e pesquisa-ação.

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002 p. 44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para o autor, praticamente todo tipo de investigação científica exige algum tipo de pesquisa bibliográfica, no entanto algumas modalidades de estudo são desenvolvidas exclusivamente a partir de referências bibliográficas.

Esse pensamento é corroborado por Ruiz (2009) ao afirmar:

Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer a maneira de atividade exploratória, quer para o estabelecimento de status quaestionis, quer para justificar os objetivos e contribuições da própria pesquisa (RUIZ, 2009, p. 57).

Na pesquisa bibliográfica, numa abordagem qualitativa, se insere as chamadas revisões sistemáticas de outras investigações qualitativas já concluídas. São exemplos destas revisões sistemáticas, consideradas como estudos de natureza bibliográfica: o “estado da arte”, o “estado do conhecimento”, a “meta-análise” e a “metassíntese qualitativa”.

Figura 1 – Alguns exemplos de revisões sistemáticas.



Fonte: Autoria própria.

O “estado da arte”, enquanto uma revisão bibliográfica sistemática de investigações qualitativas já realizadas, segundo Romanowski e Ens (2006), consiste na realização de estudos que abrangem toda a produção de uma determinada área do

conhecimento gerado em diversos momentos e publicados em formato diferente e com finalidades distintas. Para essas autoras o “estado da arte” é um tipo de estudo que analisa resumos de dissertações, teses, publicações em periódicos da área e produções divulgadas e publicadas em congressos da área.

O “estado da arte” para Messina (1998) é:

[...] um mapa que nos permite continuar caminhando; um Estado da Arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um Estado da Arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática (MESSINA, 1998, p. 1).

As pesquisas denominadas “estado da arte”, no entendimento de Teixeira (2006, p. 63), se configuram em investigações [...] sempre inconclusas, uma vez que não podem ser finitas (ter término)”. Justifica a autora, afirmando que a ciência é muito dinâmica, sempre em movimento, [...] que se vai construindo ao longo do tempo, privilegiando ora um aspecto, ora outro, em constante movimento”.

O “estado do conhecimento”, conforme com as ideias expressas por Romanowski e Ens (2006), ocorre quando o estudo desenvolvido se limita a analisar apenas um setor das publicações sobre a área de conhecimento que está sendo investigada. Portanto abrange um número menor de dados a serem estudados, considerando os estudos referentes ao “estado da arte”.

O “estado do conhecimento”, de acordo com o pensamento de Morosini e Fernandes (2014, p. 155), “[...] é a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

A “metanálise”, no entendimento de Rodrigues e Ziegelmann (2010, p.436), “[...] é uma técnica estatística adequada para combinar resultados provenientes de diferentes estudos produzindo, assim, estimativas que resumem o todo, chamadas de estimativas metanalíticas”. Para essas autoras, para que o resultado desta técnica tenha significado aplicado “[...] os estudos que compõem os dados da metanálise devem ser o resultado de uma revisão sistemática”.

Uma revisão sistemática, conforme Rodrigues e Ziegelmann (2010, p. 436), [...] consiste de um conjunto de regras para identificar estudos sobre uma determinada

questão e, em seguida, selecionar quais deles serão incluídos ou não na metanálise. Para que uma revisão sistemática seja válida algumas regras devem ser seguidas”.

Conforme as ideias expressas por Fiorentini (2013, p. 78), a metanálise é um tipo de revisão sistemática de abordagem qualitativa, “[...] podendo ser um estudo profundo, envolvendo um número reduzido de trabalhos investigativos”. Portanto, diferentemente do “estado da arte” ou do “estado do conhecimento”, nessa modalidade de pesquisa, o pesquisador não necessita realizar a coleta de dados em muitos estudos que tratam da temática abordada.

Em seus estudos, Maranhão e Manrique (2014, p. 428), corrobora com esse pensamento ao afirmarem que a metanálise [...] se dedica a estudos de natureza qualitativa, para ampliar e generalizar seus resultados [...] em lugar de partir de amplitude, parte de poucos estudos para buscar ampliação, generalização”.

A metanálise, no entendimento de Fiorentini e Lorenzato (2006, p. 103), é uma metodologia de pesquisa qualitativa que tem a finalidade de efetivar uma “[...] revisão sistemática de outras pesquisas, visando a realizar uma avaliação crítica das mesmas e/ou [...] produzir novos resultados ou sínteses a partir do confronto desses estudos, transcendendo aqueles anteriormente obtidos”.

4. A Metassíntese Qualitativa: conceitos e definições

A Metassíntese Qualitativa, de acordo com as ideias expressas por Alencar e Almouloud (2017) e Alencar (2017), é uma metodologia de investigação científica que tem origem em pesquisas internacionais, principalmente aquelas desenvolvidas na área de saúde. Para os autores, os estudos em outras áreas passam a ocorrer em meados de 1998, a partir das ações realizadas pela Fundação Cochrane. Essa Fundação criou e instituiu o “Qualitative Reserch Methods Working Group”, que apresenta orientações metodológicas para desenvolvimento de revisões sistemáticas da literatura já produzida.

De acordo com as ideias expressas por Lopes e Fracoli (2008), a Metassíntese Qualitativa tem sua origem na Sociologia. As autoras definem a metassíntese como uma modalidade de pesquisa com abordagem qualitativa que se organiza e se desenvolve a partir da análise dos resultados de outras investigações que trataram de temáticas afins, com a finalidade de produzir novas interpretações.

A Metassíntese Qualitativa para Matheus (2009, p. 544) é a “[...] integração

interpretativa de achados qualitativos (derivados de estudos fenomenológicos etnográficos, da teoria fundamentada dos dados e outros), que são a síntese interpretativa dos dados”. Para a autora, as interpretações decorrentes da metassíntese possibilitam o surgimento de novas interpretações que não estão explicitadas nos resultados primários que estão sendo estudados e se configuram no alcance de níveis teóricos mais elevados.

O pensamento de Matheus (2009) é corroborado por Fiorentini (2013), ao afirmar que Metassíntese Qualitativa tem a finalidade de

[...] produzir interpretações ampliadas de resultados ou achados de estudos qualitativos obtidos por estudos primários (como são as dissertações, teses e pesquisas de professores), os quais são selecionados atendendo a um interesse específico do pesquisador acerca de um fenômeno a ser investigado e/ou teorizado (FIORENTINI, 2013, p. 78).

A Metassíntese Qualitativa é, portanto, uma metodologia de pesquisa que busca a análise detalhada e profunda do fenômeno em estudo, a partir da investigação das teorias e resultados alcançados por outras pesquisas realizadas, com o intuito de alcançar um nível de compreensão mais elevado.

Em seus estudos Fiorentini (2013, p. 78) assevera que metassíntese é “[...] uma meta-interpretação que consiste na interpretação do pesquisador sobre as interpretações produzidas por estudos primários, visando produzir uma outra síntese explicativa ou compreensiva sobre um determinado fenômeno ou tema de interesse”.

5. Organização e etapas de desenvolvimento da Metassíntese Qualitativa

Para construir uma pesquisa na perspectiva da metassíntese, Squarcini, Rocha e Santos (2020) tomando como parâmetro os estudos de Finfgeld (2003), indicam como passos: a determinação do foco do estudo, a amostragem e a análise dos dados.

A determinação do foco do estudo consiste na escolha da temática a ser pesquisada, adequadamente delimitada, considerando a sua importância para a área de conhecimento que se insere, de tal forma a possibilitar que os resultados oriundos da investigação realizada apresentem contribuições teóricas e práticas para o avanço científico.

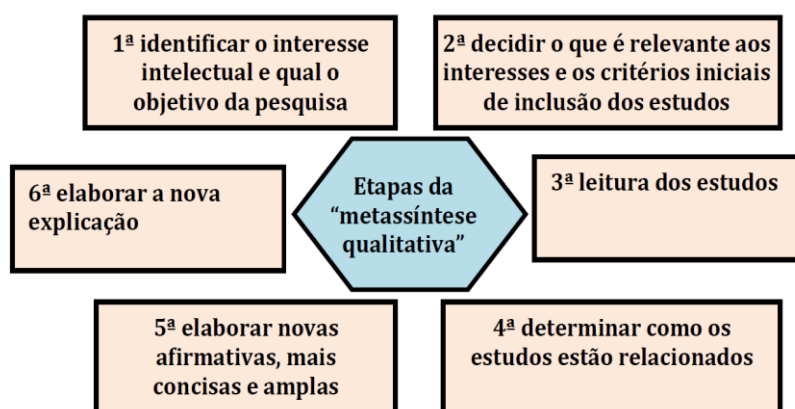
A amostragem é a seleção das fontes que irá possibilitar ao pesquisador o acesso aos dados que irão favorecer a realização da metassíntese pretendida. Essas

fontes são diversas. Podem ser fontes constituídas por trabalhos já publicados em jornais, anais de eventos científicos e periódicos, e/ou por monografias, dissertações e teses.

A análise dos dados é o momento, que o pesquisador com o devido conhecimento metodológico, e de posse das principais informações adquiridas no estudo e análise das fontes utilizadas, irá sistematizar o conhecimento e realizar as devidas interpretações conclusivas da pesquisa realizada.

Matheus (2009) em seus estudos, para apresentar e analisar as etapas da realização da metassíntese descreve a proposta desenvolvida pela pesquisadora Francis-Baldesari (2006), da UK Cochrane Centre Oxford. Essas etapas a serem consideradas pelo pesquisador estão resumidamente apresentadas na Figura 2.

Figura 2 - Etapas da Metassíntese Qualitativa.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Matheus (2009).

Em relação à Figura 2 é importante esclarecer, que na primeira etapa de realização da metassíntese, o pesquisador define o que de fato vai investigar, delimitando a questão a ser abordada e estabelecendo os objetivos que pretende alcançar a partir da realização da pesquisa.

Já a segunda etapa consiste na definição dos aspectos mais relevantes e significativos ao estudo, estabelecendo explicações e ideias iniciais que nortearão a pesquisa, e em consequência escolher autores e obras que serão objeto de análise e reflexão para efetivar a metassíntese pretendida.

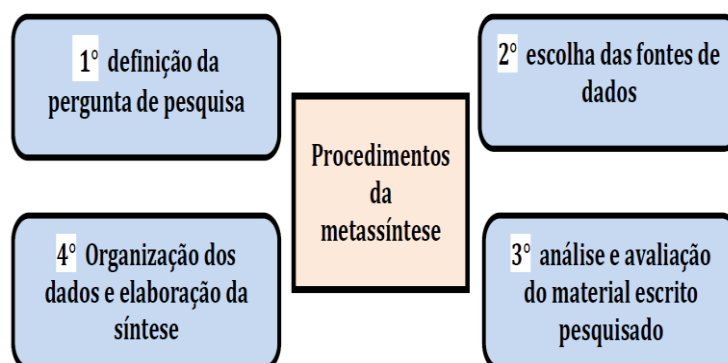
Na terceira etapa, o pesquisador deverá então se dedicar a leitura, ao estudo e análise das produções escolhidas, visando se apropriar detalhadamente das interpretações ali disponibilizadas, para que possa na quarta fase estabelecer

teoricamente como essas produções estão relacionadas entre si.

A quinta etapa é o momento em que o pesquisador, fundamentado nas leituras, estudos e análises realizadas, revê as ideias inicialmente postas e busca a elaboração de novas afirmativas, agora mais concisas e amplas. Enquanto, na sexta e última etapa, o pesquisador, a luz dos autores e obras estudadas, busca elaborar novas explicações sobre a investigação realizada. Esse momento consiste na organização e sistematização dos saberes oriundos da pesquisa. É o momento em que o pesquisador irá descrever a sua interpretação das interpretações que foram objeto do estudo realizado.

Outros autores, fazem outras reflexões e apontamentos importantes para a realização de uma pesquisa científica que tenha como metodologia a metassíntese. Por exemplo, Sandelowski e Barroso (2003, 2007), apresentam alguns procedimentos a serem considerados no desenvolvimento desta perspectiva metodológica. Esses procedimentos estão resumidamente apresentados na Figura 3.

Figura 3 - Procedimentos da metassíntese.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Sandelowski e Barroso (2003, 2007).

Ampliando os esclarecimentos quanto ao apresentado na Figura 3, é importante asseverar que o primeiro procedimento consiste no momento em que o pesquisador, com a temática bem definida, irá elaborar a pergunta ou perguntas chaves do estudo pretendido. São essas perguntas que nortearão suas investigações e contribuirá para a formulação dos objetivos a serem alcançados e trajetórias a serem consideradas.

No segundo procedimento, o pesquisador precisa estabelecer quais serão as fontes dos dados necessários ao desenvolvimento do estudo. Com a pergunta e objetivos definidos, nesse momento o pesquisador seleciona as obras significativas a investigação. São essas obras que irão possibilitar a efetivação da metassíntese

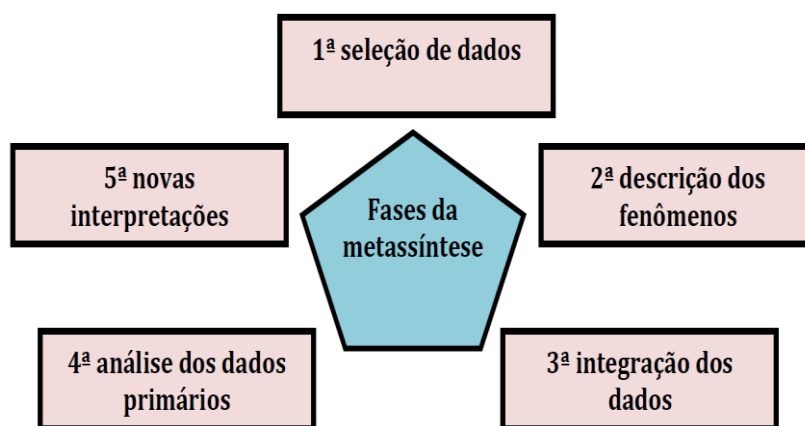
pretendida e o alcance dos objetivos de estudo estabelecidos.

Já o terceiro procedimento, é o momento em que o pesquisador realiza os estudos das obras escolhidas, faz suas primeiras análises e identifica as principais ideias apresentadas pelos autores estabelecendo relações entre elas e verificando convergências e divergências.

No último procedimento, o pesquisador organiza as diversas informações obtidas nas obras investigadas e elabora a síntese das constatações verificadas, tendo como intenção estabelecer uma nova interpretação para os resultados oriundos dos estudos das obras selecionadas para a realização da pesquisa.

Para Silva *et al.* (2012) fundamentados em Zimmer (2006), a realização de uma investigação científica estruturada na perspectiva metodológica da metassíntese consiste no desenvolvimento de algumas fases. A Figura 4 apresenta sinteticamente essas fases.

Figura 4 - Fases da metassíntese.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Silva *et al.* (2012, p. 2785).

Detalhando as informações constantes da Figura 4, a primeira fase consiste, com base na questão específica de investigação e objetivos pretendidos, na seleção das obras que fornecerão os dados a serem estudados e analisados pelo pesquisador.

Na segunda fase, o pesquisador deverá descrever de forma coerente e integrada, a partir das obras estudadas, os aspectos qualitativos dos fenômenos identificados nos dados primários que de fato apresentam saberes importantes para consecução da pesquisa desenvolvida.

A terceira fase, considerando os saberes identificados nas obras estudadas, o pesquisador deverá estabelecer a integração dos dados obtidos, buscando elaborar

algumas interpretações que tais dados podem evidenciar; para na quarta fase aprofundar a análise sobre as interpretações já realizadas visando aprofundá-las. Esse aprofundamento das interpretações é que irá possibilitar ao pesquisador na quinta fase, a elaboração de novas interpretações, agora mais amplas e densas.

6. Concluindo

Neste texto foram apresentadas, analisadas e descritas algumas das principais ideias inerentes à pesquisa qualitativa, com ênfase nos conhecimentos que fundamentam a Metassíntese Qualitativa enquanto uma metodologia de investigação científica.

Pelo exposto ao longo deste texto, pode-se afirmar que a Metassíntese Qualitativa sem dúvida se apresenta como uma metodologia de investigação científica que propicia ao pesquisador desvelar importantes conhecimentos e realizar novas interpretações sobre o fenômeno estudado que outras investigações que se fundamentam em abordagens quantitativas não possibilitam. Ao trabalhar com comparações, sistematizações, análises, representações, ideias e valores diversos, dentre outros aspectos essenciais ao pleno entendimento do estudado, este tipo de pesquisa favorece o aprofundamento teórico e prático de fatos, constatações e situações diversas inerentes a uma temática relevante a determinada área de conhecimento.

De fato, as descobertas oriundas da produção científica que foi selecionada e estudada, a partir do desenvolvimento da Metassíntese Qualitativa, ampliam e melhoram as interpretações dadas a determinados fenômenos e podem contribuir efetivamente para auxiliar a tomada de decisões em diferentes áreas da vida social.

Referências

ALENCAR, E. S. Uma conversa com Shulman e Vergnaud: reflexões teóricas de uma metassíntese qualitativa. **Educação & Linguagem**. Universidade Metodista de São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 73-90, jan.-jun., 2017.

ALENCAR, E.; AMOULOUD, S. A metodologia de pesquisa: metassíntese qualitativa. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, RS, v. 25, n. 3, p. 204-220, Set./Dez. 2017.

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BARROSO J. *et al*. The Challenges of Searching for and Retrieving Qualitative Studies. **West J Nurs Res**. v. 25, n. 2, p. 153-178, Mar., 2003.
- BICUDO, M. A. V. Meta-análise: seu significado para a pesquisa qualitativa **REVEMAT**. Florianópolis, SC, v. 9, Ed. Temática, p. 07-20, jun., 2014.
- FINFGELD, D. L. Metasynthesis: the state of the art-so far. **Qual Health Res**. v. 13, n. 7, p. 893-904, 2003.
- FIORENTINI, D. A. Investigação em Educação Matemática desde a perspectiva acadêmica e profissional: desafios e possibilidades de aproximação. **Cuadernos de Investigación y Formación en Educación Matemática**, v. 8, n. 11, p. 61-82, 2013.
- FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- FRANCIS-BALDESARI C. **Systematic Reviews of Qualitative Literature**. Oxford: UK Cochrane Centre, 2006.
- GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica *versus* revisão bibliográfica : uma discussão necessária. **Revista Línguas e Letras**, Unioeste, Cascavel, PR, v. 17, n. 35, p. 291-294, 2016.
- GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenológica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v.1, n.1, p.109-122, ago., 1997.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. V. 35. n. 3. p. 21. 1995.
- LOPES, A. L. M.; FRACOLLI, L. A. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, SC, v.17, n. 4, p. 771-778, Out-Dez., 2008.
- MARANHÃO, M. C. S. A.; MANRIQUE, A. L. Pesquisas que articulam a Teoria das Situações Didáticas em Matemática com outras Teorias: concepções sobre aprendizagem do professor. **Perspectivas da Educação Matemática**, v.7, n. 14. p. 424-443, 2014.
- MATTHEUS, M. C. C. Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências. **Acta paul. enferm.** [online]. São Paulo, SP, v.22, n. spe1. p. 543-545, 2009.
- MESSINA, G. **Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa**. Organización de Estados Iberoamericanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura. In: Reunión de Consulta Técnica sobre Investigación em Formación del Profesorado. México, 1998.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, RS, v.5, n.2, p. 154-164, jul./dez., 2014.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2000. p.191-198.

RODRIGUES, C. L.; ZIEGELMANN, P. K. Metanálise: um guia prático. **Revista HCPA**, Porto Alegre, RS, v. 30, n. 4, p. 435- 447, 2010.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, 2006.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

SANDELOWSKI, M.; BARROSO, J. **Handbook for Synthesizing Qualitative Research**. New York: Springer Publishing Company, 2007.

SANDELOWSKI, M.; BARROSO, J. Toward a metasyntesis of qualitative findings on motherhood in HIV-positive women. **Res Nurs Health**, v.26, n.2, p.153-170, 2003.

SILVA, R. M. *et al*. Evidências qualitativas sobre o acompanhamento por doulas no trabalho de parto e no parto. **Revista Ciência & Saúde Coletiva** [online]. Associação Brasileira de Saúde Coletiva/Abrasco, Rio de Janeiro, RJ, vol.17, n.10, p.2783-2794, 2012.

SQUARCINI, C. F.; ROCHA, S. V.; SANTOS, H. E. dos. Metassíntese e metanálise: limites e possibilidades de encontro na educação física. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, PR, v. 24, n. 3, p. 179-185, set./dez., 2020.

TEIXEIRA, C. R. O “Estado da Arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de pós-graduação em Educação: Currículo (1975-2000). **Cadernos de Pós-Graduação-Educação**, São Paulo, SP, v.5, n.1, p.59 - 66. 2006.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

ZIMMER L. Qualitative meta-synthesis: a question of dialoging with texts. **Journal of Advanced Nursing**, v.53, n.3, p.311-318, 2006.

CAPITULO IV



ANÁLISE DE DISCURSO: METODOLOGIA DE ABORDAGEM QUALITATIVA

Josely Alves dos Santos
Guilherme Saramago de Oliveira
Anderson Oramisio Santos
Núbia dos Santos Saad

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colcarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. [...] Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 2003, p. 9).

1. Análise de Discurso: ideias iniciais

Proveniente de diversas correntes de estudo como a linguística, a filosofia, a antropologia, dentre outros, a Análise de Discurso (AD) é um campo de pesquisa global e em contínua expansão que tem no discurso, e nos sentidos que ele assume, seu principal objeto. Vários estudos, nas mais diversas áreas das Ciências Sociais, têm recorrido a seus conceitos para delinear e elucidar problemas em diferentes pesquisas.

De acordo com Maingueneau (2020) a expressão “análise de discurso” foi utilizada pela primeira vez pelo linguista americano Zellig Sabbetai Harris em um artigo publicado em 1952 com o título *Discourse Analysis*. No entanto, o termo foi utilizado fazendo correspondência à linguística textual propriamente dita, ou seja, à análise da estrutura de um texto tendo em vista seus elementos o que não se relaciona com a Análise de Discurso propriamente dita.

Afirma Brandão (2004),

Embora a obra de Harris possa ser considerada o marco inicial da análise de discurso, ela se coloca ainda como simples extensão da linguística imanente na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados e situa-se fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a análise de discurso (BRANDÃO, 2004, p. 14).

A AD, como concebida nos dias de hoje, tem suas origens em meados de 1960, sobretudo na França, nos Estados Unidos e na Inglaterra e seu desenvolvimento, tal como esclarece Nogueira (2001), é concernente a duas razões principais, quais sejam: o descontentamento com as abordagens positivistas e tradicionalistas nas ciências sociais e o crescente interesse pela ótica das teorias críticas, essencialmente difundidas pelo estruturalismo que concebe a linguagem e o pensamento como indivisível.

Consoante denota Ferreira (2003), a Análise de Discurso desde o princípio se caracteriza por desvelar uma ruptura com o quadro político e epistemológico vigente e se articular com outras áreas das ciências humanas, em especial a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. A Análise do Discurso, esclarece a autora,

[...] ao construir a categoria teórica do sujeito o faz, desde o início, pautando-se por uma singularidade que a torna muito peculiar. O sujeito do discurso não é apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-lacaniano; tampouco, não é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre essas partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade lingüística e histórica que a AD lhe atribui (FERREIRA, 2003, p.40) .

Realizando importantes reflexões sobre a Análise de Discurso, Manhães (2009), analisa duas abordagens: Análise de Discurso francesa e a Análise de Discurso Inglesa ou Anglo-Saxônica. Para esse autor, a Análise de Discurso francesa enfatiza o “assujeitamento” do emissor, que acontece pela incorporação de discursos sociais, tais

como, o religioso, o científico, o filosófico, o mitológico, o poético, o jornalístico, e outros.; enquanto a Análise de Discurso Inglesa enfatiza, principalmente, o discurso pragmático utilizado pelos sujeitos, aquele realizado para praticar ações corriqueiras.

Em seus estudos, Maingueneau (1997), apresenta um quadro comparativo que caracteriza a Análise de Discurso francesa e a Análise de Discurso Inglesa ou Anglo-Saxônica.

Quadro 1 - Abordagens da Análise de Discurso.

	AD francesa	AD anglo-saxã
Tipo de discurso	<i>Escrito</i> Quadro institucional doutrinário	<i>Oral</i> Conversa cotidiana comum
Objetivos determinados	<i>Propósitos textuais</i> Explicação - forma Construção do objeto	<i>Propósitos comunicacionais</i> descrição - uso Imanência do objeto
Método	"estruturalismo" linguística e história	<i>interacionismo</i> psicologia e sociologia
Origem	linguística	antropologia

Fonte: Maingueneau (1997, p.16).

A abordagem inglesa considera que a AD pode mudar certas práticas, tendo assim um caráter intervencionista sobre o discurso. A linha francesa, por sua vez, busca compreender o discurso levando em consideração a sociedade, o sujeito, sua história e as condições em que o discurso foi produzido. Ao contrário da abordagem inglesa, na abordagem francesa não há qualquer intenção de intervenção por meio da análise.

Maingueneau (2020) explica que a França foi um dos principais palcos para o desenvolvimento da Análise de Discurso enquanto procedimento com aspectos teóricos e metodológicos específicos e teve como marco a publicação em 1969 da obra de Michel Pêcheux intitulada *Análise Automática do Discurso (AAD)*.

No Brasil, tal como demonstram Magalhães e Kogawa (2019), a Análise de Discurso tem sua história marcada inicialmente por dois momentos sendo o primeiro no período que compreende o final dos anos 1960 e 1970 e o segundo de 1980 em diante e tem como principal representante a linguista e professora universitária Eni Orlandi cujos trabalhos promoveram a difusão e institucionalização do pensamento do filósofo francês Michel Pêcheux.

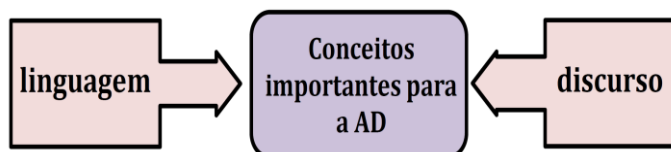
Michel Pêcheux, de acordo com Orlandi (2005),

[...] nasceu em Tours em 1938 e morreu em Paris em 1983. Ele é o fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso que teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. Concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. Estabelece como central a relação entre o simbólico e o político (ORLANDI, 2005, p. 10).

Uma vez realizada essas breves considerações iniciais, cabe ressaltar que este trabalho se baseará na Análise de Discurso francesa, enfatizando principalmente os estudos de Orlandi (1996, 2003, 2005) sobre os conceitos e procedimentos que esta pesquisadora apresenta acerca da AD.

Mas, afinal, o que é a Análise de Discurso? Antes de responder a esse questionamento, é preciso retomar e distinguir dois conceitos importantes para a AD, quais sejam: linguagem e discurso.

Figura 1- Conceitos importantes para a AD.



Fonte: Autoria própria.

A linguagem na concepção de Charaudeau (2001), se relaciona com um código verbal, ou seja, trata-se de um conjunto ordenado de signos formais que orientam a atividade da comunicação. A linguagem, assevera o autor:

[...] mesmo sendo dominante no conjunto das manifestações languageiras, corresponde a um certo código semiológico, isto é, a um conjunto estruturado de signos formais, do mesmo modo, por exemplo, que o código gestual (linguagem do gesto) ou o código icônico (linguagem da imagem) (CHARAUDEAU, 2001, p.24-25).

Conforme os estudos realizados por Orlandi (2003), a linguagem, no âmbito da Análise de Discurso, não deve ser compreendida tão somente como um sistema de signos dotado de regras formais. Mais que isso, a linguagem deve ser tomada como mediação indispensável entre o homem e a realidade social, ou seja, ela se refere à relação do sujeito com o mundo, sua maneira de manifestar-se oralmente ou por escrito produzindo efeitos e sentidos.

Para Nogueira (2001, p. 15), a linguagem é essencial nas mais diversas atividades sociais, sendo, pois, a forma mais elementar de interação entre os sujeitos e envolve sobremaneira o processo de pensamento e a ação. A linguagem “[...] permite a base para todo o pensamento, oferece um sistema de categorias para se dividir a experiência e lhe dar significado [...] A linguagem produz e constrói a experiência pessoal [...]”.

A Análise de Discurso, nas palavras de Nogueira (2001, p. 23), “[...] é o estudo aprofundado da linguagem que se utiliza, procurando a identificação de padrões. É melhor compreendida como um campo de pesquisa do que como uma simples prática sendo possível identificar diferentes abordagens/concepções”.

O vocábulo discurso, por sua vez, segundo os estudos de Orlandi (2003, p. 15), relaciona-se à “[...] ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Dessa forma, o discurso não pode ser entendido tão somente como uma transmissão de mensagem de um emissor para um receptor. Isto porque no discurso existe uma relação entre língua, cultura e ideologia, sendo, portanto, efeito de sentidos que conduz a inúmeras formações discursivas. Conforme afirma a autora,

As formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (ORLANDI, 2006, p. 17).

O discurso, explica Maingueneau (2020), é uma forma de ação, que pressupõe interatividade e contextualidade e precisa estar necessariamente relacionada a um sujeito produzindo socialmente o sentido.

Em seus estudos, Charaudeau (2001, p. 25), esclarece que não se deve confundir discurso com texto. O discurso, para o autor, “[...] ultrapassa os códigos de manifestação languageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos”. O texto é “[...] o objeto que representa a materialização da encenação do ato de linguagem”.

Para Charaudeau (2001),

O texto é o resultado singular de um processo que depende de um

sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares. Cada texto é, assim, atravessado por vários discursos ligados a gêneros ou a situações diferentes. Por exemplo, o gênero político pode ser entrecruzado por um discurso didático ou por um discurso de humor (CHARAUDEAU, 2001, p. 25).

No entendimento de Fernandes (2007, p. 12), discurso, enquanto objeto da AD, “[...] não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material”. Assim, o autor esclarece que no discurso as palavras pronunciadas estão impregnadas de aspectos sociais e ideológicos.

A Análise de Discurso, por conseguinte, pode ser vista como uma reflexão sobre o discurso e a linguagem. Nesse sentido, a AD busca encontrar no discurso os sentidos que ele manifesta tendo em conta o sujeito e seu entorno: sua história, ideologia e o contexto social ao qual pertence.

Empreender a Análise de Discurso, segundo Gregolin (1995, p. 13), “[...] significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente”.

Bem como esclarece Orlandi (2003), a Análise de Discurso não trata literalmente da língua ou da gramática, mas do discurso em si. Nas palavras da autora,

Na análise de discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Por este tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se (ORLANDI, 2003, p. 15).

A Análise de Discurso, de acordo com os estudos realizados por Maingueneau (2000, p. 13), pode ser compreendida como uma disciplina que busca articular o discurso a certo lugar social, relacionando-o aos diferentes setores do espaço social (escolas, lojas) ou aos campos discursivos (político, científico, dentre outros). A AD “[...] em vez de proceder a uma análise linguística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu ‘contexto’, visa articular sua enunciação sobre um certo lugar social”.

Mais objetivamente, como aponta Delord (2015), a Análise de Discurso trata-se de uma prática de análise qualitativa que vê o discurso do sujeito como efeito da

história. Assim sendo, o analista de discurso com base na linguagem, buscará o sentido do discurso tendo em vista sua natureza múltipla.

Em suma, a AD se conecta com os diferentes tipos de discurso que são praticados nos mais diversos setores do contexto social.

2. Constituição do discurso e a função do analista

Para Foucault (1972), a Análise de Discurso parte do princípio de que não há linguagem sem ideologia, portanto, não é possível pensar no sujeito desprendido desta. O discurso, desse modo, constitui-se na relação da língua com a ideologia, sendo, pois, prática de pensamento.

Souza (2014) nesse sentido afirma que

Discursos se mantêm tentando excluir discursos contrários. É uma luta que não cessa e se manifesta nas práticas sociais. Assim, a língua é uma prática social de sujeitos ideológicos que, por práticas de pensamento, querem que seus sentidos sejam os sentidos prevalecentes. A realização da ideologia na língua, sua luta por poder, é o discurso (SOUZA, 2014, p. 12).

Sendo assim, as expressões, palavras e/ou proposições podem mudar de sentido à medida que as posições sustentadas pelo sujeito, baseadas em sua formação ideológica, também mudam. A ideologia, nesse contexto, se organiza na língua por meio das formações discursivas.

Souza (2014) esclarece ainda que a produção dos sentidos segue um processo no qual o sujeito não tem controle. Isso porque o sentido é determinado pela ideologia. Esta, por sua vez, se organiza em discursos e os discursos definem as palavras ou expressões que serão ditas. Na concepção do sujeito, ele acredita que o texto nasce no exato momento em que ele fala. No entanto, os sentidos já estão presentes antes disso.

Nesse entendimento, Caregnato e Mutti (2006, p. 681) reforçam que “[...] o sujeito tem a ilusão de ser dono do discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes”.

Isto posto, a Análise de Discurso busca esclarecer esse processo de produção dos sentidos presentes nas formações discursivas. É por meio da interpretação e análise do texto (seja escrito, falado, imagens, músicas, etc.) que o analista, frente à uma teoria e à utilização de procedimentos metodológicos, procura identificar uma

formação discursiva e a qual formação ideológica ela está ligada. Para tanto, o analista precisa depreender o lugar de fala do sujeito e de onde os sentidos surgem.

Consoante elucida Orlandi (2003), a Análise de Discurso tem por objetivo elucidar de que maneira os objetos simbólicos produzem sentido. Isso é feito no processo de interpretação e por esse motivo, o analista deve criar um dispositivo de interpretação para compreender os processos de significação e buscar não o sentido verdadeiro, mas o sentido real formado face à sua materialidade linguística e histórica.

A interpretação, para Orlandi (1996, p. 147), “[...] é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais”.

Ademais, a autora pondera que o dispositivo de interpretação selecionado pelo analista deve ser capaz de identificar e retratar a ligação do sujeito com sua memória. Para tanto, o analista do discurso precisa adotar uma postura relativa e não neutra perante a interpretação, isto é, ele não se posiciona à margem da história ou da ideologia, mas se coloca em uma posição que favoreça a identificação do processo de produção dos sentidos nas formações discursivas que analisa. O analista, dessa forma, trabalha nas fronteiras da interpretação e para isso deve se basear em uma mediação teórica permanente.

A respeito da interpretação, Souza (2006, p. 17) assevera que “[...] não é função do analista interpretar o texto nem descrevê-lo. Seu objetivo é explicitar os processos de significação que trabalham esse texto: compreender como o texto produz sentido por intermédio de seus mecanismos de funcionamento”. Além disso, o autor pondera que não cabe ao analista afirmar se um discurso é bom ou ruim, certo ou errado. Sua função é explicitar o discurso presente em sua materialidade.

Ao realizar o trabalho de análise dos textos, bem como orienta Nogueira (2001), o analista deve se atentar não só àquilo que está explícito, como também precisa considerar as ausências, o que não foi dito, uma vez que isso também é importante na Análise de Discurso.

Para que o analista possa desenvolver seu trabalho e, por meio da interpretação identificar os sentidos do texto, ele precisa delimitar o *corpus* da

pesquisa. O *corpus* de pesquisa, segundo Marquezan (2009),

[...] se configura como a materialidade discursiva necessária para fazer produzir sentidos. Ele se constitui a partir do processo de conversão de recortes da temática que mobiliza o pesquisador. A conversão do *corpus* consiste na seleção dos temas específicos dentro da temática. A sua validade está relacionada com a importância que os recortes da temática deixam transparecer. A concepção do *corpus* e a sua construção são guiadas pela teoria e pela problemática inicial da pesquisa, num movimento permanente de ir e vir entre elas (MARQUEZAN, 2009, p.100).

Nogueira (2001) esclarece que o analista pode se deparar com uma infinidade de materiais passíveis de serem analisados por meio da AD (jornais, artigos de revista, documentos oficiais, entrevistas, imagens, anúncios, etc.) e, por isso, é necessário que haja um processo de seleção para definir aqueles que farão parte da pesquisa constituindo seu *corpus*.

Bem como afirma Orlandi (2003), ao constituir o *corpus*, o analista não deve se preocupar com a quantidade de textos, mas com a qualidade. Esse processo de definição do *corpus* acontece à medida que o processo de análise ocorre. Segundo a autora,

A construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visa a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos (ORLANDI, 2003, p. 63).

Desse modo, a partir do texto, que é a unidade da qual o analista parte, ele identifica um discurso e em seguida evidencia, através das formações discursivas, os sentidos do texto tendo em vista a formação ideológica ao qual está ligado. Para tanto, consoante afirma Gil (2008), é necessário que se tenha clareza do problema e dos objetivos da pesquisa para que seja possível identificar não só o material a ser analisado como também as marcas existentes no discurso.

Nesse processo, de acordo com Souza (2014), o analista depreende a recorrência das propriedades do discurso e uma vez identificada a saturação deste, pode finalizar a constituição do *corpus*. Nada impede, pois, que à medida que o

trabalho de análise seja realizado, outros textos venham a compor o *corpus*.

3. Procedimentos para a Análise de Discurso

A AD, tal como evidenciado anteriormente, não se propõe a interpretar propriamente o texto, mas utiliza-se deste para acessar o discurso. Pelo trabalho do analista, mediante a apropriação da teoria e a análise do *corpus*, é possível identificar os sentidos presentes e mostrar como os discursos foram formados e a ideologia a qual pertencem.

Para esse processo, Magalhães e Kogawa (2019) sustentam que não há uma única técnica específica de análise. A respeito da Análise de Discurso os autores argumentam que

A AD não tem um método fechado, definido e instrumentalizado. Não se faz em laboratórios nem a partir de experimentos. Tem características próprias, mas é essencialmente uma disciplina filosoficamente orientada de interpretação muito mais intuitiva e heurística do que positiva. Heurística no sentido de que a constituição do *corpus* – o material sobre o qual a análise se faz – segue um percurso que passa por procura/interrupção da procura/decisão. Parte-se, geralmente, de um tema de interesse do pesquisador; faz-se um levantamento de textos que compõem uma amostra sobre os sentidos desse tema em uma atualidade; decide-se quando há um número suficiente de sequências representativas para uma análise sólida (MAGALHÃES; KOGAWA, 2019, p. 140).

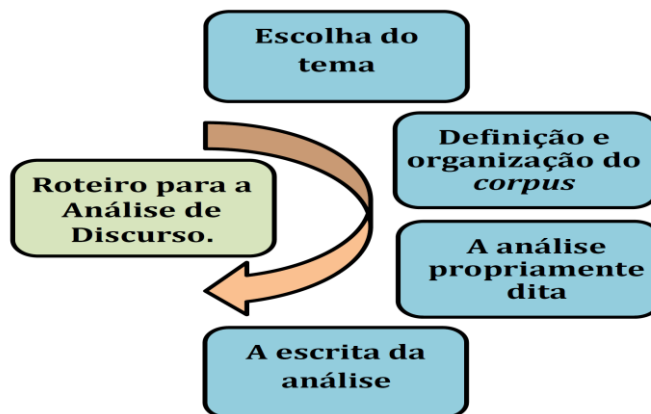
Logo, apesar de não propor um esquema objetivo para proceder a análise, alguns procedimentos são importantes para que o analista desenvolva o trabalho de interpretação.

O objeto discursivo, para Orlandi (2010),

[...] não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o *corpus* bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas [...] Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do *corpus*, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho (ORLANDI, 2003, p. 66-67).

Souza (2014), de maneira didática, sugere um roteiro a ser utilizado pelo analista de discurso e especifica esses procedimentos. Esse processo envolve a escolha do tema, definição e organização do *corpus*, a análise propriamente dita e a escrita da análise.

Figura 2 - Roteiro para a Análise de Discurso.



Fonte: Autoria própria, conforme as ideias de Souza (2014).

De acordo com o autor, a escolha do tema deve ser feita tendo como princípio critérios de relevância tanto coletiva quanto pessoal que dizem respeito a alguma inquietação social. Cabe ressaltar que é possível escolher temas já abordados em outras pesquisas, haja vista que cada análise se desenvolverá de uma maneira específica com questionamentos diversos daqueles já feitos.

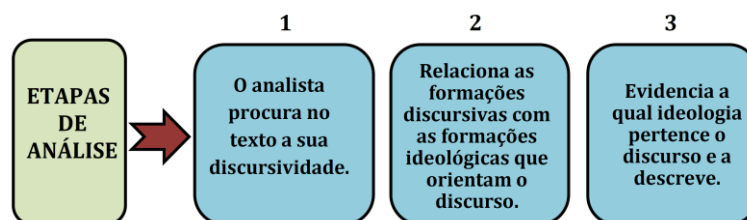
Como já mencionado o *corpus* pode ser composto por uma variedade de materiais. Assim sendo, uma vez definido o tema, é necessário que o analista selecione e organize o *corpus* da pesquisa. Nesse momento, ele irá identificar os sujeitos enunciativos (quem fala ou quem cala) do assunto. Esses enunciativos podem se referir a pessoas ou a materiais impressos. No decurso da constituição do *corpus* o analista busca coletar os diversos registros sobre o tema sejam eles escritos, orais, iconográficos, entre outros.

Ao construir o *corpus*, o analista já está de certa forma envolvido no processo de Análise de Discurso em si. Isso porque ao definir os textos que serão utilizados ele já percebe algumas propriedades discursivas presentes nos mesmos.

À vista disso, Orlandi (2003) observa que a análise conduz o analista na compreensão do discurso por meio da observação dos processos e da constituição dos sentidos e dos sujeitos. Para tanto, sugere que o analista siga três etapas de

análise que partem do texto para evidenciar o discurso.

Figura 3 - Roteiro para a Análise de Discurso.



Fonte: Autoria própria, conforme Orlandi (2003).

Na primeira etapa, em que se constrói o objeto discursivo, o analista procura no texto a sua discursividade. Nesse momento, ao fazer a leitura do material, ele identifica as marcas na superfície linguística (palavras, frases, imagens, etc.) que possam configurar as formações discursivas predominantes do material em questão.

Na etapa seguinte, tendo como ponto de partida o objeto discursivo, o analista busca relacionar as formações discursivas com as formações ideológicas que orientam o discurso. Tendo em vista que o processo envolve interpretação, é preciso se atentar para os efeitos metafóricos, pois uma mesma palavra pode assumir sentidos diferentes. Desse modo, o analista deve observar como os sentidos se produzem e se organizam no texto para identificar as formações ideológicas que representam o discurso.

Uma vez que na etapa anterior os sentidos foram identificados, na terceira etapa parte-se para a distinção de onde esses sentidos vêm, ou seja, o analista evidencia a qual ideologia pertence o discurso e a descreve.

Na análise, o arcabouço teórico do analista é primordial visto que a teoria deve mediar todo o processo. Segundo Souza (2014), quanto mais o analista recorre ao dispositivo teórico, mais consistente é o trabalho de interpretação e maiores as possibilidades de identificação das formações discursivas e consequentemente da filiação ideológica do material selecionado.

Ferreira (2003, p. 45) corrobora esse entendimento ao afirmar que “[...] o que dá vigor e consistência às análises feitas pelo viés discursivo é precisamente a indissociabilidade entre a teoria e a prática”.

Ao tomar a AD enquanto procedimento de pesquisa, uma vez feita a análise é pertinente que se dê publicidade à mesma. Isto posto, Souza (2014) especifica os

procedimentos para escrita da análise, alertando, porém, que cada pesquisa pode desenvolvê-la de forma diferenciada.

Nesse âmbito, o analista apresentará, na primeira parte do trabalho escrito, a contextualização do tema de maneira a evidenciar qual a visão social do assunto. Feito isso, o analista explicita o referencial teórico que fundamentou a pesquisa e ressalta a utilização da teoria da Análise de Discurso bem como expõe os conceitos abordados na análise, tais como: linguagem, discurso, sujeito, formação discursiva, formação ideológica, entre outros.

Souza (2014) esclarece que além da contextualização do tema e da fundamentação teórica, é importante que o analista apresente as questões que nortearam a análise e o *corpus* que compôs a pesquisa.

Considerados esses pontos, o analista irá discorrer sobre a análise realizada de modo a explicitar para o leitor sobre o discurso identificado. De acordo com Souza (2014), é nesse momento que

O analista deve mostrar o funcionamento do discurso que identificou na materialidade do texto por meio das marcas, dos exemplos retirados do *corpus*. Não basta dizer que o texto apresenta o discurso x. É necessário mostrar com textos o discurso x funcionando (SOUZA, 2014, p. 44).

Esse ponto é crucial, uma vez que o analista descreverá todo o movimento da análise: como seus questionamentos o levaram a abordar determinado tema e como o *corpus* possibilitou a identificação da formação ideológica a qual as formações discursivas estavam ligadas.

Para finalizar a escrita da análise, faz-se uma reflexão sobre as diferenças ou semelhanças entre a visão do fato social identificada no texto e a visão geral existente no imaginário social apresentada no momento da contextualização.

4. Concluindo

A Análise de Discurso, desde suas origens, tem sido adotada para a produção de conhecimentos nos diversos setores das Ciências Sociais, sendo de fundamental importância por apresentar a possibilidade de compreensão dos discursos individuais e coletivos construídos social e historicamente.

As contribuições advindas da AD no sentido de conceber que todo discurso está amparado em uma ideologia são elementares para as pesquisas que se debruçam

sobre temas sociais ligados aos campos político, educacional, jurídico, religioso, cotidiano, entre outros.

Por meio da Análise de Discurso, dessa forma, é possível evidenciar os sentidos produzidos nos discursos dos sujeitos e identificar as formações ideológicas dos mesmos. Em outras palavras, o pesquisador que faz uso da AD, faz uma leitura do material que compõe o *corpus* de análise tendo como foco a produção de sentidos no discurso do sujeito ratificado pela junção do social, da ideologia e da história.

Importante ressaltar, conforme mencionado anteriormente, que para proceder à Análise de Discurso não há um método padrão. No entanto, este trabalho buscou apresentar uma maneira didática, fundamentada nos estudos de Orlandi (2003) e Souza (2014), para orientar os pesquisadores quanto à adoção da AD enquanto procedimento de pesquisa.

Mais uma vez é preciso enfatizar que a prática da Análise de Discurso não existe sem o respaldo da teoria sob pena de a AD se tornar meramente um “método de análise do discurso” consoante alerta Ferreira (2003).

Pelo exposto, é possível depreender que a Análise de Discurso, uma vez que possibilita a compreensão dos sentidos socialmente produzidos nos discursos, propicia ao analista uma visão menos ingênua da linguagem visto que com a AD ele depreende que todo discurso possui relação com o contexto sócio-histórico e, por isso, não é neutro, mas sustentado por alguma ideologia.

Referências

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 4, n. 15, p. 679-684, dez. 2006.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. *et al.* **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2001. p. 23-37.

DELORD, G. C. C. Análise do discurso com Michel Pêcheux. In: GUIMARÃES, G. T. D. (org.) **Ressignificando os labirintos da pesquisa qualitativa: exercícios práticos de análise de discurso**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2015.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da análise de discurso no Brasil **Letras**, Santa Maria, RS, v. 1, n. 27, p. 39-46, dez. 2003.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, v. 39. p.13-21, São Paulo, SP, 1995.

MAGALHÃES, A. S. KOGAWA, J. **Pensadores da Análise do Discurso**: uma introdução. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo, SP: Parábola, 2020.

MANHÃES, E. Análise do Discurso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo, SP: Atlas, 2009. p. 305-315.

MARQUEZAN, R. A constituição do corpus de pesquisa. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 33, p. 97-110, jan./abr., 2009.

NOGUEIRA, C. A análise do discurso. In: ALMEIDA, L.; FERNANDES, E. **Métodos e técnicas de avaliação**: novos contributos para a prática e investigação. Braga, Portugal: Ceep, 2001. p. 3-51.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, BA, n.1, p. 9-13, junho de 2005.

SOUZA, S. A. F. **Conhecendo a análise de discurso**. Manaus, AM: Editora Valer, 2006.

SOUZA, S. A. F. **Análise de discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus, AM: Census, 2014.

CAPITULO V



ANÁLISE DE CONTEÚDO NUMA ABORDAGEM QUALITATIVA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

Márcia Regina Gonçalves Cardoso
Guilherme Saramago de Oliveira
Kelma Gomes Mendonça Ghelli
Silvana Malusá

A análise de conteúdo tem sua origem no final do século passado. Suas características e diferentes abordagens, entretanto, foram desenvolvidas, especialmente, ao longo dos últimos cinquenta anos. Mesmo tendo sido uma fase de grande produtividade aquela em que esteve orientada pelo paradigma positivista, valorizando sobretudo a objetividade e a quantificação, esta metodologia de análise de dados está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades na medida em que se integra cada vez mais na exploração qualitativa de mensagens e informações. Neste sentido, ainda que eventualmente não com a denominação de análise de conteúdo, se insinua em trabalhos de natureza dialética, fenomenológica e etnográfica, além de outras (MORAES, 1999, p. 8).

1. Ideias iniciais

Em Ciências Sociais as pesquisas podem ser realizadas utilizando-se de um rico arcabouço metodológico. A escolha do melhor método dependerá, dentre outras coisas, da natureza do objeto de pesquisa e dos objetivos da investigação.

Dentre esses métodos, a Análise de Conteúdo pode ser uma excelente opção quando o objetivo for analisar os dados provenientes das comunicações, buscando compreender os significados e os sentidos das mensagens, que vão além de uma leitura comum.

Conforme Triviños (1987), a Análise de Conteúdo tem uma longa trajetória em sua construção, mas foi com Berelson e Lazarsfeldt que o método ganhou maturidade em relação ao seu emprego e à sua fundamentação teórica, quando esses autores publicaram em 1948, uma obra sobre a Análise de Conteúdo estabelecendo, entre outras coisas, as regras e os princípios de análise.

Publicada em Paris no ano de 1977, a obra da professora Laurence Bardin, *L'analyse de contenu*, é considerada a de maior destaque quando o assunto é Análise de Conteúdo, sendo um verdadeiro manual sobre a operacionalização do método, seus princípios e conceitos fundamentais. Por esse motivo, será essa a obra a ser tomada por base na descrição do método, visto que o objetivo deste texto é descrever e analisar um conjunto de informações sobre a natureza e as características da Análise de Conteúdo como método de pesquisa qualitativa aplicável às Ciências Sociais, em especial à Educação.

A pesquisa qualitativa, segundo Godoy (1995),

[...] não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Minayo (2007, p. 24) enfatiza que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca compreender e interpretar a realidade.

A Análise de Conteúdo tem um significado especial no campo das investigações sociais e “[...] constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias”, defende Moraes (1999, p. 2).

Ainda segundo Moraes (1999, p. 2), a Análise de Conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda sorte de comunicações. “Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”.

O sentido de um texto nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Moraes (1999) diz que esses outros significados podem ser de natureza psicológica, sociológica, política ou histórica.

A Análise de Conteúdo é um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, mas com aplicação diferente, afirma Triviños (1987), podendo ainda ser aplicada na versão quali-quantitativa de pesquisa, usando a abordagem qualitativa, mas com o emprego de dados estatísticos.

Sobre isso, Bardin (1977, p. 114) esclarece que a análise quantitativa funda-se na *frequência* de aparição de certos elementos da mensagem, enquanto a análise qualitativa “[...] recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a *presença* (ou a *ausência*), pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição”.

A Análise de Conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, desempenha um importante papel nas investigações no campo das pesquisas sociais, já que analisa com profundidade a questão da subjetividade, ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objeto de pesquisa e contexto. O que não a descredencia no aspecto da validade e do rigor científicos, já que tem status de metodologia, com princípios e regras bastante sistematizados.

Sobre a questão da subjetividade em pesquisa qualitativa, Moraes (1999, p. 3) acrescenta que “[...] de certo modo a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados”. Não é possível uma leitura neutra, objetiva e completa. Os valores e a linguagem do objeto analisado “[...] e do pesquisador, bem como a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir”.

Segundo Moraes (1999), a questão de múltiplos significados de uma mensagem e das múltiplas possibilidades de análise que possibilita, estão intimamente relacionados ao contexto. Para Franco (2008) as

Condições contextuais que envolvem a evolução histórica da

humanidade; as situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos, o acesso aos códigos linguísticos, o grau de competência para saber decodificá-los, o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, subjetivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis. Sem contar com os componentes ideológicos impregnados nas mensagens socialmente construídas [...] (FRANCO, 2008, p. 20).

Para entender os significados de um texto, é preciso considerar, portanto, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário, as formas de codificação e transmissão da mensagem, e o contexto em que a comunicação se verifica.

O contexto dentro do qual se analisam os dados deve ser explicitado em qualquer Análise de Conteúdo. Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador. Isto estabelece certos limites. Não é possível incluir, nessa reconstrução, todas as condições que coexistem, precedem ou sucedem a mensagem, no tempo e no espaço. Não existem limites lógicos para delimitar o contexto da análise. Isto vai depender do pesquisador, da disciplina e dos objetivos propostos para a investigação, além da natureza dos materiais sob análise (MORAES, 1999, p. 3).

Por essa razão, Franco (2008, p. 10) afirma que a Análise de Conteúdo, se situa “[...] no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento”. Completa a autora, que o método tem como ponto de partida a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido. Sentido que não pode ser considerado um ato isolado, já que a emissão das mensagens está necessariamente vinculada às condições contextuais de seus produtores

Segundo Bardin (1977), a matéria-prima da Análise de Conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, tais como:

- Material escrito como: agendas, diários, cartas, respostas a questionários, a testes, jornais, livros, anúncios publicitários, panfletos, cartazes, textos jurídicos, literatura, comunicações escritas trocadas dentro de uma empresa.
- Oral como: entrevistas, exposições, discursos.
- Icônico: sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes, pintura, etc.
- Outros códigos semióticos (isto é, tudo o que não sendo linguístico, pode ser portador de significações): música, dança, vestuário, posturas, gestos, comportamentos diversos, tais como os ritos e as regras de cortesia, arte, mitos, estereótipos.

Contudo, os dados advindos dessas diversas possibilidades de fontes chegam em estado bruto, sendo o conteúdo manifesto e explícito das mensagens; é com base nele que se inicia a análise. Mas os dados não falam por si; eles precisam ser trabalhados de forma objetiva e sistemática pelo analisador para que se possa abstrair deles o(s) seu(s) significado(s), ou seja, o conteúdo oculto. Nesse processo, a contextualização deve ser considerada.

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com *vestígios*: [...]. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. [...], o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (BARDIN, 1977, p. 39).

De posse desses saberes preliminares, visando sedimentar o caminho para melhor compreensão do tema, é hora de apresentar a conceituação de Análise de Conteúdo. Serão apresentadas duas conceituações, uma em complementaridade à outra. Para Bardin (1977) a Análise de Conteúdos é, portanto,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Bardin, (1977, p. 38) destaca que na Análise de Conteúdo interessa tanto as condições de quem produz a mensagem (o emissor e seu contexto), quanto de quem a recebe e os efeitos que ela produz. A isso ele denomina *variáveis inferidas*, por ser um termo mais abrangente que somente condições de produção. Assim, “[...] a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores”, passíveis ou não de quantificação.

Outra definição importante de Análise de Conteúdo, afinada com a de Bardin, é a de Bauer (2008):

Ela é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada. Este contexto pode ser temporariamente, ou em princípio, inacessível ao pesquisador. A AC muitas vezes implica em um tratamento estatístico das unidades de texto. Maneira objetivada refere-se aos procedimentos sistemáticos,

metodicamente explícitos e replicáveis: não sugere uma leitura válida singular dos textos. Pelo contrário, a codificação irreversível de um texto o transforma. A fim de criar nova informação desse texto. [...] A validade da AC deve ser julgada não contra uma 'leitura verdadeira' do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um *corpus* de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém (BAUER, 2008, p. 191).

O termo *corpus* aqui empregado refere-se ao conjunto de documentos ou de outro material selecionado para análise sistemática.

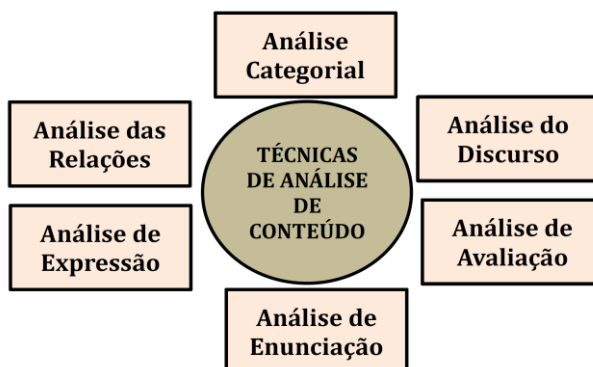
O uso da Análise de Conteúdo é bastante variado visto que a mesma pode ser aplicada a todas as formas de comunicação, com objetivos também diversificados. Como exemplo, Gomes (2007) cita as seguintes situações:

(a) análise de obras de um romancista para identificar seu estilo ou para descrever a sua personalidade; (b) análise de depoimentos de telespectadores que assistem a um programa ou de depoimentos de leitores de jornal para determinar os efeitos dos meios de comunicação de massa; (c) análise de livros didáticos para desvendamento de ideologia subjacente (GOMES, 2007, p. 84).

Como método de investigação, Moraes (1999) afirma que a Análise de Conteúdo pode ser considerada como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas, justamente porque seu campo de aplicação, a comunicação, é muito vasto. A Análise de Conteúdo é adaptável a todo tipo de portador de mensagem.

Há várias maneiras para analisar conteúdos de materiais de pesquisa. Conforme Bardin (1977), as principais técnicas de Análise de Conteúdo são: Análise Categórica, Análise do Discurso, Análise de Avaliação, Análise de Enunciação, Análise de Expressão, Análise das Relações (Co-ocorrências e Estrutural).

Figura 1 - Principais técnicas de Análise de Conteúdo



Fonte: Autoria própria de acordo com Bardin (1977).

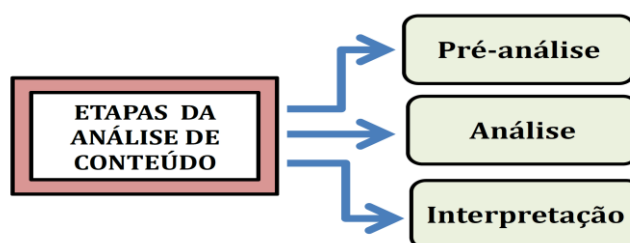
Contudo, será a Análise Categórica a servir de base para descrever as principais fases de uma Análise de Conteúdo, já que no conjunto das técnicas da análise de conteúdo, Bardin (1977) afirma ser esta, a mais antiga e, na prática, a mais utilizada. A Análise Categórica funciona por operações de desmembramento do texto em unidades (decomposição), para serem em seguida agrupadas em categorias, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido.

2. Análise de Conteúdo: princípios e fundamentos

As diferentes fases da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977), organizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a análise do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Contudo, não há fronteiras nítidas entre a coleta das informações, o início do processo de análise e a interpretação. Isso ilustra bem o aspecto de *vai e vem* citado pela autora nesse processo de pesquisa.

A seguir será apresentada a descrição das principais características das etapas do método de Análise de Conteúdo (pré-análise, análise e interpretação), referenciadas, principalmente, em Bardin (1977).

Figura 2 - Etapas da Análise de Conteúdo

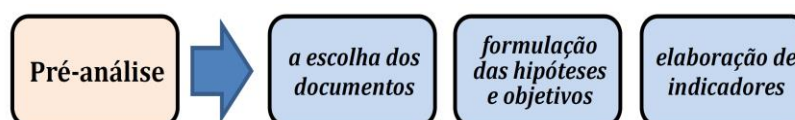


Fonte: Autoria própria de acordo com Bardin (1977).

2.1 Pré-análise

Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise (corpus), a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Figura 3 - Missões da pré-análise.



Fonte: Autoria própria de acordo com Bardin (1977).

a) *A escolha dos documentos.* A primeira tarefa do analista é a leitura de todos os materiais a analisar para decidir quais deles, efetivamente, estão de acordo com os objetivos da pesquisa. Nem todos os documentos selecionados inicialmente farão parte da amostra.

A constituição do corpus da investigação implica, muitas vezes, escolhas e regras. Eis as principais regras: *Regra da exaustividade:* uma vez definido o campo do corpus é preciso ter em conta todos os elementos desse corpus. Não se pode deixar de fora elementos importantes por dificuldade de acesso, por exemplo. *Regra da representatividade:* A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. *Regra da homogeneidade:* os documentos selecionados devem obedecer a critérios precisos de escolha. *Regra de pertinência:* os documentos retidos devem corresponder ao objetivo da pesquisa.

Na Análise de Conteúdo pode-se utilizar dados primários (construídos no processo de pesquisa, como transcrições de entrevistas), mas os materiais clássicos utilizados nessas investigações são comunicações (verbal ou não-verbal) utilizadas para outros propósitos, como jornais, livros, memorandos.

b) *A formulação das hipóteses e dos objetivos.* Uma hipótese é uma afirmação provisória que o pesquisador se propõe a verificar, recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova. Quanto aos objetivos, sua explicitação clara ajuda a delimitar os dados efetivamente significativos para uma determinada pesquisa.

c) *A referência dos índices e a elaboração de indicadores.* Se se considerarem os textos como uma manifestação contendo índices que a análise vai fazer falar, o trabalho preparatório será o da escolha destes, em função das hipóteses, e sua organização sistemática em indicadores.

Por exemplo: supõe-se que a emoção e a ansiedade se manifestam por perturbações da palavra durante uma entrevista terapêutica. Os *índices* (frases interrompidas, repetição, gaguez, sons incoerentes) e a sua frequência de aparição, vão servir de *indicador* do estado emocional subjacente.

d) *A preparação do material.* Antes da análise propriamente dita, o material reunido deve ser preparado. Por exemplo: as entrevistas gravadas são transcritas para o

papel, as respostas a questões abertas são anotadas em fichas, etc.

2.2 A análise do material

É o momento de tratar o material coletado na fase anterior, transformando-o em dados passíveis de serem analisados, através de operações de codificação.

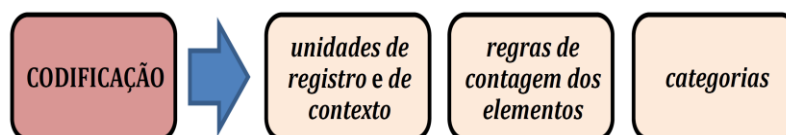
O processo de codificação dos materiais implica o estabelecimento de um código que possibilite identificar rapidamente cada elemento da amostra recortada para pesquisa. Este código poderá ser constituído de números e/ou letras ou qualquer outra forma de representação que o analista quiser criar em seu referencial de codificação. Para Bauer (2008),

A codificação e, conseqüentemente, a classificação dos materiais colhidos na amostra, é uma tarefa de construção, que carrega consigo a teoria e o material de pesquisa. Esse casamento não é conseguido de imediato; o pesquisador necessita dar tempo suficiente para orientação, emendas e treinamento do codificador (BAUER, 2008, p. 199).

A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, por processos de decomposição, classificação, agrupamento e enumeração, que permitem atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices. Na análise de um editorial de moda, por exemplo, todas as expressões que remetem a questões de *gênero* recebem o código *g*, as que expressam a temática *padrão de beleza* recebem o código *p*, as que falam de inclusão de pessoas *fora do padrão* recebem o código *i*. E a aparição desses temas recebem números (*g2, p3, i3*).

Para o processo de codificação, é necessário escolher as *unidades de registro* e de *contexto* (conforme o caso), as *regras de contagem dos elementos* e as *categorias*. A elaboração do referencial de codificação também segue algumas regras.

Figura 4 - Processo de codificação.



Fonte: Autoria própria de acordo com Bardin (1977).

a) A *unidade de registro*. É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a

contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. Segundo Moraes (1999, p. 5)

[...] para a definição das unidades de análise [...] pode-se manter os documentos ou mensagens em sua forma íntegra ou pode-se dividi-los em unidades menores. A decisão sobre o que será a unidade é dependente da natureza do problema, dos objetivos da pesquisa e do tipo de materiais a serem analisados (MORAES, 1999, p. 5).

Conforme o material de pesquisa, a unidade pode ser: a palavra, a frase, o tema, ou mesmo os documentos em sua forma integral.

Entre as unidades de registro mais utilizadas podem ser citados:

- *A palavra*: Todas as palavras do texto podem ser levadas em consideração, ou podem-se reter unicamente às palavras-tema. Pode-se ainda, por exemplo, efetuar a análise de uma categoria de palavras: substantivos, adjetivos, verbos, advérbios.

- *O tema*: Fazer uma análise a partir do tema consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, etc. As entrevistas, as reuniões de grupos, os psicodramas, as comunicações de massa, etc., são frequentemente analisados tendo o tema por base.

- *O personagem*: Neste caso, a grelha é geralmente estabelecida em função das características ou atributos do personagem (traços de caráter, papel, estatuto social, familiar, idade, etc.). As obras de ficção (filmes, fotonovelas, peças de teatro) podem ser analisadas segundo os seus personagens, do mesmo modo que os artigos de imprensa, etc.

- *O documento*: o documento ou unidade do gênero (um filme, um artigo, um livro, um relato), por vezes serve de unidade de registro.

b) *A unidade de contexto*. Quando existe ambiguidade na referenciação do sentido dos elementos codificados (unidades de registro), necessário é que se definam *unidades de contexto* (próximo ou longínquo), superiores à unidade de registro, as quais permitem compreender o sentido verdadeiro dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema.

c) *Regras de enumeração.*

- A *presença (ou ausência)* de determinados elementos ou unidades de registro (palavras, temas ou outras unidades) pode ser representada por letras (a, b, c, d).

- A *frequência* simples (quantidade de aparições) das unidades de registro no material pesquisado, pode ser representada por números (0, 1, 2, 3).

- Se o analisador avaliar que a aparição de determinado elemento tem maior importância do que outro, pode-se recorrer ao sistema de *Frequência ponderada*. Por exemplo, se considerar que a aparição de *b* e *d* possui uma importância dupla da de *a*, *c* e *f*, afetam-se todos os elementos com coeficientes, no momento da codificação, ficando assim: a = 1; b = 2; c = 1; d = 2; e = 1; f = 1.

- A *direção*: A direção diz respeito a um caráter qualitativo de frequência (não quantitativo) e pode ser favorável, desfavorável ou neutra (eventualmente ambivalente). Nesse caso, os elementos do texto recebem um sinal ou uma nota. Por exemplo: + = positivo; - = negativo; 0 = neutro; ± = ambivalente).

- A *ordem*: a ordem de aparição das unidades de registro (numa entrevista, por exemplo), pode ser o índice pertinente. Se *d* precede *a*, isto pode ter uma significação mais importante (no quadro da inferência) do que a frequência.

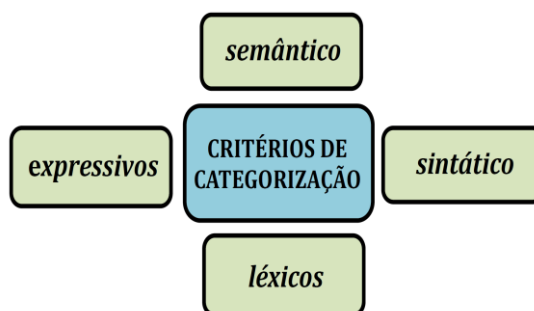
d) *Categorização*: A categorização é um procedimento de classificação e agrupamento de dados considerando a parte comum existente entre eles, ou seja, significa reunir um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, com base nos caracteres comuns (semelhança) destes elementos. Para Moraes (1999)

[...] a análise do material se processa de forma cíclica e circular, [...]. Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão (MORAES, 1999, p. 6).

O *critério* de categorização pode ser *semântico*, originando as categorias temáticas (por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade, ficam agrupados na

categoria ansiedade, enquanto que os que significam a descontração, ficam agrupados na categoria descontração). Pode ser *sintático*, definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc. As categorias podem ainda ser constituídas a partir de critérios *léxicos*, com ênfase nas palavras (classificação segundo o sentido, sinônimo) ou podem ser fundadas em critérios *expressivos* (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem). Cada conjunto de categorias, entretanto, deve fundamentar-se em apenas um destes critérios.

Figura 5 - Critérios de categorização.



Fonte: Autoria própria de acordo com Bardin (1977).

Um conjunto de categorias boas deve atender às seguintes condições: a) *A exclusão mútua* (significa que um mesmo elemento não pode ser classificado em duas categorias diferentes); b) *A homogeneidade*: Um único princípio de classificação deve governar a organização das categorias; c) *A pertinência*: Uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao conteúdo analisado, ao objetivo e ao quadro teórico definido; d) *A objetividade e a fidelidade*: As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira. E) *A produtividade*: Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

Sobre as grelhas categoriais, elas são elaboradas pelo analista em função das características ou atributos do material pesquisado e dos objetivos propostos. Como um mesmo objeto de pesquisa pode ser analisado sob várias perspectivas diferentes, é preciso elaborar uma grelha diferente para cada investigação. Contudo, a fim de facilitar a compreensão sobre o tema, será apresentado um exemplo de grelha proposta por Bardin (1977), adaptada por nós.

Trata-se de uma investigação realizada através de questões abertas dirigidas a homens e mulheres, que exploram as relações psicológicas que o indivíduo mantém

com o automóvel. As perguntas foram as seguintes:

- A que é, geralmente, comparado um automóvel?
- Se o seu automóvel lhe pudesse falar, o que é que lhe diria?

Após a transcrição de todas as respostas, o critério de classificação escolhido pelo analista para elaborar as categorias foi o objeto de referência citado na comparação (mulher, animal, outro meio de locomoção), e o tipo de relação demonstrado pelos entrevistados (afetividade, cumplicidade, rivalidade) com o automóvel.

Tabela 1 - Exemplo de grelha de análise, utilizável para estudar a relação simbólica e afetiva indivíduo/automóvel.

Objeto de comparação		Tipo de Relação						
		Puramente funcional	Relação amorosa	De dominação	De dependência	De cumplicidade	De rivalidade	Ausência de relação
<i>Seres Humanos</i>	Homem							
	Mulher							
	Criança							
	Amigo							
<i>Animais</i>	Dinâmicos ex: tigre							
	Astênicos ex: veado							
<i>Outros meios de locomoção</i>	Transporte coletivo							
	Veículos individuais							
	Automóveis							
<i>Objetos diversos</i>								
<i>Ausência de objeto de comparação</i>								
<i>Percentagens absoluta e relativas*</i>								

*Indica-se para cada caso o número ou a percentagem de temas pertencentes às duas categorias cruzadas.

Fonte: Bardin (1977, p. 61).

2.3 Tratamento dos resultados obtidos e interpretação

O processo de análise do material pesquisado resulta na enumeração e na sistematização das características de seus elementos. Como resultado do processo de descrição é produzido um texto síntese para cada uma das categorias, de modo a expressar o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise.

Feito isso, é hora de interpretar, ou seja, conceder significação nova a estas características. Bardin (1977) esclarece que a interpretação proposta pelo método de Análise de Conteúdo consiste em descobrir por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, um sentido não explícito. E isso exige grande esforço de

interpretação do analista.

Para Gomes (2007),

[...] a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias (GOMES, 2007, p. 79).

Na pesquisa qualitativa a interpretação assume lugar especial. É o momento de confrontação entre teoria fundante, objetivos, hipóteses e achados da pesquisa (os indicadores), a fim de proceder inferências e redigir sínteses interpretativas. Nesse processo de interpretação dos resultados obtidos pode-se recorrer às operações estatísticas como prova de validação, conforme o tipo de estudo e a natureza do material analisado.

Nesse caso, operações estatísticas permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

Concluindo essa breve descrição das etapas do método de Análise de Conteúdo, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas na fase da interpretação, podem servir de base a uma nova investigação, a partir de outras dimensões teóricas, ou através de técnicas diferentes.

3. Considerações finais

Neste texto, a metodologia de Análise de Conteúdo foi abordada na perspectiva de pesquisa qualitativa no campo das Ciências Sociais, visando à sua conceituação, descrição de suas etapas e análise. Buscou-se inserir esse método de pesquisa numa discussão de natureza qualitativa e enfatizar os aspectos positivos que dele podem decorrer, a fim de demonstrar a sua importância no desenvolvimento de investigações que pretendam esclarecer em riqueza de detalhes o fenômeno social estudado.

Em suma, Análise de Conteúdo é um método importante na pesquisa qualitativa, já que busca analisar os sentidos e os significados das comunicações, considerando

tanto as condições de quem produz a mensagem (o emissor e seu contexto), quanto de quem a recebe e os efeitos que ela produz, a fim de melhor compreender e interpretar a realidade.

Portanto, com base no material pesquisado, é possível inferir que a Análise de Conteúdo é um método de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, conhecimentos relativos ao emissor da mensagem, ao receptor, ao meio, considerando as condições de produção/recepção das mesmas.

A validade da Análise de Conteúdo deve ser julgada não contra uma “leitura verdadeira” do texto, já que o significado de um texto não é único, mas em termos de sua congruência nos materiais pesquisados e sua coerência com a fundamentação teórica da pesquisa, e à luz de seu objetivo.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.

GODOY A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPITULO VI



ANÁLISE DOCUMENTAL NA PESQUISA CIENTÍFICA: REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Laís Hilário Alves
Guilherme Saramago de Oliveira
Lucia de Fátima Valente
Angélica Silva de Sousa

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair deles informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 4).

1. Introdução

Este texto é decorrente de estudos realizados sobre as diferentes modalidades de pesquisa científica e tem como objetivo principal definir o conceito da modalidade “Análise Documental”, compreendendo-a como fundamental e intrínseca a todo tipo de pesquisa.

Busca-se analisar e compreender qual é o objetivo da análise documental, com base em alguns questionamentos, tais como: O que é Análise Documental? Quais as vantagens do uso de documentos na pesquisa científica? Como utilizar essa modalidade

de pesquisa científica? Quais as possíveis potencialidades e limites de seu uso?

De acordo com Minayo (2009, p. 16), “Os conhecimentos que foram construídos cientificamente sobre determinado assunto, por outros estudiosos que o abordaram antes de nós e lançam luz sobre nossa pesquisa, são chamados *teoria*”. Neste sentido, para a realização da pesquisa bibliográfica do presente estudo, procurou-se investigar a teoria de alguns dos principais autores que discutem a Análise Documental no desenvolvimento de pesquisas científicas.

Portanto, para tentar responder às indagações supramencionadas, e buscar contribuir com a fundamentação teórica, destacam-se os seguintes autores: Cellard (2008), Evangelista (2012), Lakatos e Marconi (2003), Lüdke e André (1986), Minayo (2009), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), Severino (2017) e Shiroma, Campos e Garcia (2005).

A pesquisa científica, conforme a abordagem, se classifica em pesquisa qualitativa e em pesquisa quantitativa. Para Godoy (1995) essas pesquisas podem ser compreendidas da seguinte forma:

[...] num estudo quantitativo o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados. Busca a precisão, evitando distorções na etapa de análise e interpretação dos dados, garantindo assim uma margem de segurança em relação às inferências obtidas. [...] a pesquisa qualitativa [...] Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos (GODOY, 1995, p. 58)

Ressalta-se que a pesquisa qualitativa e a quantitativa, conforme o entendimento não são opostos que não possam ou devam ser combinados. As pesquisas qualitativa e quantitativa, conforme a compreensão de Proetti (2017),

[...] podem ser utilizadas, ao longo de um estudo científico, tanto de forma isolada quanto de forma conjugada, isto é, quando se empreendem esforços em pesquisas na busca de respostas, poder-se-ão utilizar ambas as formas de pesquisa, pois os objetivos e as necessidades metodológicas assim o exigirão para que sejam obtidos dados corretos no estudo (PROETTI, 2017, p. 4).

A modalidade de pesquisa denominada como Análise Documental pode se

desenvolver numa abordagem qualitativa. A Análise Documental, conforme o pensamento expresso por Lüdke e André (1986, p. 38), “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A pesquisa qualitativa, na compreensão de Minayo (2009), é o tipo de estudo que

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

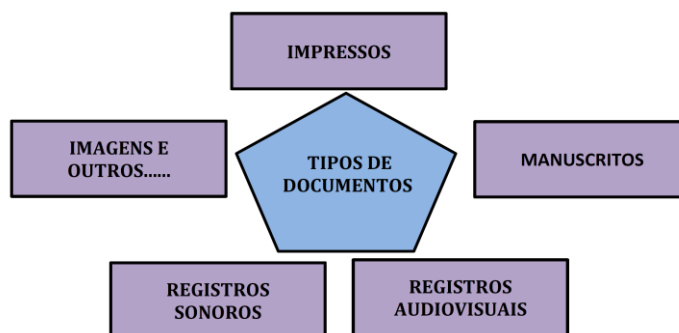
Assim, a produção humana que perpassa as relações, representações e intencionalidade, é o objeto da pesquisa qualitativa. Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 57) salientam que “Os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte”, tornando, assim, o investigador como principal instrumento na obtenção das informações. Os referidos autores destacam, ainda, o uso da Análise Documental que, em sua essência, utiliza documentos que:

O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 57).

A Análise Documental tem como fonte, e objeto de estudo, a investigação dos documentos. Pode ser pensada como técnica para tratamento dos dados presentes nos documentos quando a sua finalidade é transformar as informações neles contidas em informações mais compreensíveis conforme as intenções estabelecidas na investigação realizada. Portanto, na Análise Documental, o documento é tido como base para o desenvolvimento do estudo. Documento, nas palavras de Appolinário (2009), é

Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros (APPOLINÁRIO, 2009, p. 67).

Figura 1 – Tipos de documentos.



Fonte: Autoria própria, conforme ideias expressas por Appolinário (2009, p. 67).

Com essa abundância de tipos de documentos fez-se necessário, também, conceber maneiras de agrupá-los, reconhecendo que, como afirmam Lüdke e André (1986, p. 40), “A escolha dos documentos não é aleatória. Há geralmente alguns propósitos, ideias ou hipóteses guiando a sua seleção”.

Na Análise Documental é importante que o pesquisador assuma um papel ativo na pesquisa e conduza o processo de análise, seguindo os passos de selecionar o material, analisar, organizar, ler e reler, sistematizar, entre outros. Na análise dos documentos, no entendimento de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009),

[...] propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 10).

Ressalta-se que toda modalidade de pesquisa apresenta limites e potencialidades, cabendo ao pesquisador usar de sua experiência e perspicácia para analisar a veracidade das fontes, compreender a subjetividade, identificar o dito e o não dito, bem como reconhecer as vantagens do uso do documento, explorando essa fonte em um exame minucioso e reconhecendo a importância de todos os documentos.

2. Conceituando a Pesquisa Documental

A Ciência, ao longo do tempo, tornou-se instância hegemônica de conhecimento, valendo-se da aplicação de técnicas, seguindo métodos. Durante esse processo, e devido ao sucesso do conhecimento científico para a explicação dos fenômenos naturais, a Ciência passou a ver o homem como objeto de seu conhecimento e, assim, foram se

constituindo as Ciências Humanas.

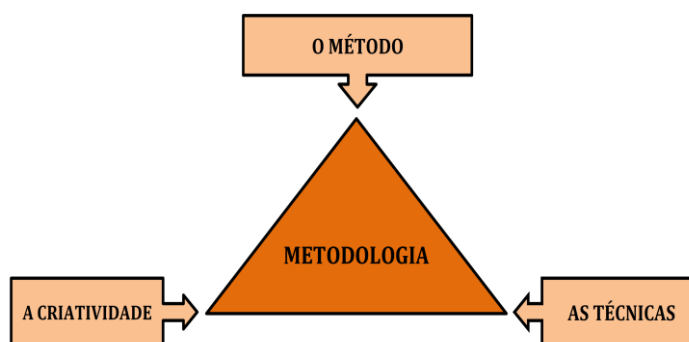
Segundo Severino (2017),

Na sua gênese, as Ciências Humanas procuraram praticar a metodologia experimental/matemática da ciência, assumindo os pressupostos ontológicos e epistemológicos do Positivismo. Mas as peculiaridades do modo de ser humano foram mostrando a complexidade do fenômeno humano e a insuficiência da metodologia positivista para sua apreensão e explicação. Por isso, mesmo sem abandonar a inspiração da tradição positivista, foram enriquecendo-a e aprimorando-a (SEVERINO, 2017, p. 112).

Assim, nos processos de conhecimento, têm-se elementos gerais e comuns, que marcam toda atividade de pesquisa, mas, ocorrem, também, diferenças no modo de se praticar a investigação científica. Por essa razão, como afirma Severino (2017, p. 118), “[...] várias são as modalidades de pesquisa que se podem praticar, o que implica coerência epistemológica, metodológica e técnica, para o seu adequado conhecimento”.

Minayo (2009, p. 14) entende que metodologia de pesquisa se constitui tanto pelo caminho do pensamento, como da prática exercida: “[...] a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”.

Figura 2 – Elementos da metodologia.



Fonte: Autoria própria, conforme ideias expressas por Minayo (2009, p. 14).

Teoria e metodologia caminham juntas, como um conjunto de técnicas; e para Minayo (2009, p. 15), desprezar as técnicas; “[...] leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões ou a especulações abstratas e estéreis”. A autora também acredita que nada substitui a criatividade do pesquisador; no entanto, “como não somos gênios, precisamos de parâmetros para caminhar na produção do conhecimento”.

Portanto, têm-se várias modalidades de pesquisa, e uma delas, a que este estudo se propôs a explorar, é a pesquisa documental que, em sentido amplo, tem os documentos como fonte e objeto de estudo e investigação. No entanto, como afirma Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5) “[...] o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos”. Os autores acrescentam ainda que:

O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5).

De acordo com Cellard (2008), até o final do século XIX a noção de documento se aplicava quase que exclusivamente ao texto, aos arquivos oficiais. Essa noção foi reconsiderada graças à evolução da disciplina histórica, mas também pela Escola dos Anais (movimento historiográfico do século XX/França), privilegiando uma abordagem mais globalizante, ampliando a noção de documento. O conceito de documentos evoluiu passando a incorporar outras fontes, como por exemplo, filmes, vídeos, fotografias, constituindo-se em uma fonte preciosa para todo pesquisador.

Evangelista (2012, p. 8) define que os documentos são produtos de informações selecionadas “[...] de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico”.

Os documentos constituem uma fonte preciosa para todo pesquisador e tais fontes podem ser classificadas em primárias e/ou secundárias. Em seus estudos, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) esclarecem que é muito importante que os pesquisadores compreendam o significado dessas fontes e afirmam:

As fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de segunda mão [...] informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6).

Na pesquisa documental, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.174), “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o

que se denomina de fontes primárias”. Esclarecem ainda, essas mesmas autoras (2003, p.176), que “[...] dados secundários, obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses, cuja autoria é conhecida, não se confundem com documentos, isto é, dados de fontes primárias”.

Para auxiliar na compreensão do universo da pesquisa documental, Lakatos e Marconi (2003), apresentam em seus estudos um quadro caracterizando as fontes primárias e as fontes secundárias.

Quadro 1 - Fontes dos documentos.

	ESCRITOS		OUTROS	
	PRIMÁRIOS	SECUNDÁRIOS	PRIMÁRIOS	SECUNDÁRIOS
	Compilados na ocasião pelo autor	Transcritos de fontes primárias contemporâneas	Feitos pelo autor	Feitos por outros
CONTEMPORÂNEOS	Exemplos Documentos de arquivos públicos Publicações parlamentares e administrativas Estatísticas (censos) Documentos de arquivos privados Cartas Contratos	Exemplos Relatórios de pesquisa baseados em trabalho de campo de auxiliares Estudo histórico recorrendo aos documentos originais Pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento Pesquisa usando a correspondência de outras pessoas	Exemplos Fotografias Gravações em fita magnética Filmes Gráficos Mapas Outras ilustrações	Exemplos Material cartográfico Filmes comerciais Rádio Cinema Televisão
	Compilados após o acontecimento pelo autor	Transcritos de fontes primárias retrospectivas	Analisados pelo autor	Feitos por outros
RETROSPECTIVOS	Exemplos Diários Autobiografias Relatos de visitas a instituições Relatos de viagens	Exemplos Pesquisa recorrendo a diários ou autobiografias	Exemplos Objetos Gravuras Pinturas Desenhos Fotografias Canções Folclóricas Vestuário Folclore	Exemplos Filmes comerciais Rádio Cinema Televisão

Fonte: Lakatos e Marconi (2003, p. 175).

Nessa mesma perspectiva, Cellard (2008, p. 298) salienta que existe uma abundância de tipos de documentos escritos e várias maneiras de agrupá-los e afirma que a pesquisa documental “[...] exige, desde o início, um esforço firme e inventivo quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos, ou das fontes potenciais de informação, e isto ocorre não apenas em função do objeto de pesquisa, mas também em função do questionamento”, sendo necessários uma preparação adequada e um exame minucioso das fontes documentais identificadas. O referido autor acrescenta que:

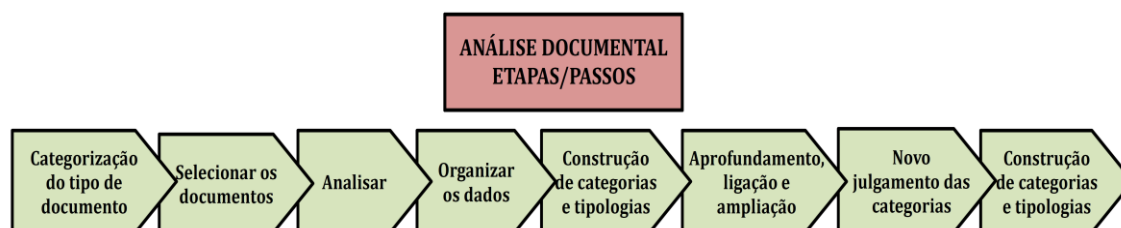
Assim, a escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador, deve ser feita à luz do questionamento inicial. Porém, as descobertas e as surpresas que o aguardam às vezes obrigam-no a modificar ou a enriquecer o referido questionamento (CELLARD, 2008, p. 303).

Evangelista (2012, p. 8) conclui que “[...] todos os documentos são importantes, em graus diferenciados, e expressam determinações históricas que estão no cerne do *corpus* documental”. Porém, é necessária uma longa reflexão, desconstruir e reconstruir – “para que a sua vida apareça”. E, para isso, é importante que se faça uma reflexão, uma decomposição da fonte, analisando a natureza, a confiabilidade, dando sentido ao documento.

3. Análise dos documentos

Para a extração de dados na Análise Documental é necessário que o pesquisador assuma uma posição ativa na pesquisa e na produção do conhecimento, seguindo alguns passos que de acordo com Lüdke e André (1986) são: categorização do tipo de documento; selecionar; analisar; organizar os dados; categorizar; ler e reler; sistematizar; fazer um aprofundamento, ligação e ampliação; e por último, fazer um novo julgamento das categorias. Ao categorizar o tipo de documento, o pesquisador deve definir qual tipo de documento será usado, se utilizará tipo oficial, tipo técnico, tipo pessoal, entre outros. No processo de organização dos dados a leitura e releitura vai culminar na construção de categorias e tipologias, bem como no aprofundamento, ligação e ampliação, que é quando o pesquisador volta a examinar seu material para aumentar o seu conhecimento e aprofundar sua visão, fazendo um novo julgamento das categorias, e quando não há mais documentos para analisar, é um sinal para concluir o estudo.

Figura 3 – Etapas/passos na Análise Documental.



Fonte: Autoria própria, conforme ideias expressas por Lüdke e André (1986).

Ao selecionar as fontes, é necessário, para uma maior precisão, definir local e período da pesquisa, ainda que sejam provisórios e, como salienta Evangelista (2012, p. 8) “[...] um *corpus* documental consistente não é composto de imediato – só ficará completo depois de um bom tempo de recolha e trato do material – mas, sem uma base empírica não é possível desenvolver o trabalho”.

Com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório é necessário esgotar todas

as pistas que possam oferecer informações importantes, e, nesse sentido, Cellard (2008, p. 298) afirma que nesse estágio, “[...] o principal erro consiste em se precipitar sobre o primeiro bloco de documentos obtido antes de realizar um inventário exaustivo e uma seleção rigorosa da informação disponível”.

De acordo com Cellard (2008), a constituição desse *corpus* também integra a experiência pessoal, a consulta a trabalhos de outros pesquisadores que se dedicaram ao objeto de estudo, a flexibilidade, o exame minucioso de alguns documentos, que podem, às vezes, abrir caminhos de pesquisa e levar a formulações de novas interpretações ou até modificações de pressupostos iniciais.

É importante saber contar com algumas fontes documentais, apresentando um olhar crítico sobre elas. É fundamental analisar o contexto no qual foi produzido o documento, buscando conhecer a conjuntura política, econômica, social e cultural, que levou à sua produção. Cellard (2008) corrobora com essa ideia ao afirmar que:

Uma boa compreensão do contexto é, pois, crucial, em todas as etapas de uma pesquisa documental, tanto no momento da elaboração de um problema, da escolha das pistas a seguir para descobrir as principais bases de arquivos, quanto no momento da análise propriamente dita. Esse conhecimento deve também ser global, pois nunca se pode saber de antemão quais são os elementos da vida social que será útil conhecer, quando chegar o momento de formular interpretações e explicações (CELLARD, 2008, p. 300).

Nessa busca por fontes é necessário se atentar às perguntas da pesquisa, de modo que estas sejam adequadas ao material. Os documentos fazem parte de determinações históricas que também devem ser apreendidas pelo pesquisador. Evangelista (2012) afirma que:

Sem o manejo das perguntas, das indagações, não se pode captar a essência das fontes, a diversidade de projetos nelas inscrita. É desejável que haja um cotejamento entre fontes, entre tipos diferentes e entre análises diversas para se verificar distorções, apropriações indébitas e interpretações. A riqueza de uma pesquisa é dada não apenas pela quantidade de fontes, mas pela amplitude do diálogo que o sujeito é capaz de produzir entre diferentes fontes e delas com a história, com a realidade (EVANGELISTA, 2012, p. 9).

Realizada a análise preliminar, é necessário reunir todas as partes da problemática, ou do quadro teórico, como contexto, autores, interesses, confiabilidade para, então, fornecer uma interpretação coerente. O pesquisador não deve se fechar em um esquema indutivo; pelo contrário, deve questionar suas fontes, para, em seguida,

confirmar, invalidar ou enriquecer suas hipóteses iniciais. Cellard (2008) discorre que:

Esse tipo de abordagem analítica deve muito à Escola dos Anais e se distingue da abordagem positivista da escola metodista. Esta última, como o vimos, contava com a acumulação de fatos históricos incontestáveis: o trabalho de análise consistia, principalmente, em fazer uma síntese dos elementos assim acumulados. A história social modificou essa abordagem, e, doravante, procede-se preferencialmente pela desconstrução e reconstrução dos dados (CELLARD, 2008, p. 304).

Portanto, o pesquisador desconstrói seu material para depois reconstruí-lo, visando responder ao seu questionamento. Nesse processo, a leitura repetida permite ao pesquisador tomar consciência das similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma reconstrução confiável.

Para uma boa reconstrução é importante extrair elementos significativos dos textos e compará-los no *corpus* documental, como mostra Cellard (2008, p. 305) pois este é “[...] o momento em que uma soma de ideias ou de pensamentos se une para formar uma explicação, em que um certo raciocínio se constrói repetidamente e em que uma ligação se estabelece entre vários fatos e faz-se à luz”. A referida autora expõe ainda que:

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise (CELLARD, 2008, p. 305).

É aqui que a imaginação e a intuição do pesquisador são necessárias, e mais utilizadas, não se tratando de um pensamento mágico, mas sim de uma análise fruto de reflexões, leituras, discussões com outros pesquisadores, maturação de algumas ideias, que levam à formulação de explicações e considerações aceitáveis e plausíveis.

Segundo Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 427) “[...] um documento não é restrito a uma única e harmoniosa leitura. Pelo contrário, é aberto a re-leituras, não um objeto para consumo passivo, mas um objeto a ser trabalhado pelo pesquisador para produzir sentido”.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, após obter um conjunto inicial de categorias, o próximo passo envolve um enriquecimento do sistema, incluindo aprofundamento, ligação e ampliação como estratégias. Como afirmam

Lüdke e André (1986, p.43) “Baseado naquilo que já obteve, o pesquisador volta a examinar o material no intuito de aumentar o seu conhecimento, descobrir novos ângulos e aprofundar a sua visão”. Segundo as referidas autoras a última etapa consiste em um novo julgamento das categorias quanto à sua abrangência e delimitação. Elas acrescentam que:

Quando não há mais documentos para analisar, quando a exploração de novas fontes leva à redundância de informação ou a um acréscimo muito pequeno, em vista do esforço despendido, e quando há um sentido de integração na informação já obtida, é um bom sinal para concluir o estudo. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 44).

Deve-se desconfiar de uma análise que se baseia numa pesquisa pobre e com uma documentação limitada porque é necessário que o pesquisador tenha a capacidade de explorar diferentes pistas teóricas, questionar-se e apresentar explicações. Nesse contexto são analisados, a seguir, os limites e as potencialidades da Análise Documental.

4. Limites e potencialidades da Análise Documental

Na Análise Documental, assim como em outras modalidades de pesquisa, é possível identificar limites e potencialidades no seu uso. Pode-se citar, por exemplo, a questão da coleta de dados, situação em que o documento elimina, ao menos em partes, qualquer influência que possa ser exercida pelo pesquisador, o que se constitui tanto em uma vantagem, quanto um limite, pelo fato de o documento se constituir, então, em um instrumento no qual o pesquisador não consegue interferir.

Com isso, Cellard (2008, p. 296) afirma que “[...] embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares”. O pesquisador, acrescenta o autor, que

[...] trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material. Em primeiro lugar ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade (CELLARD, 2008, p. 296).

Existe uma abundância de tipos de documentos; porém, surge uma dificuldade referente ao acesso a essas fontes, que se coloca como um grande desafio. Nem todos os documentos são de domínio público, havendo muitos de domínio privado e que podem ser de difícil acesso, como os documentos de organizações, sindicatos, empresas etc., bem como documentos pessoais.

Para além do acesso, é necessário ao pesquisador compreender e ‘capturar’ as pistas oferecidas, ser perspicaz, questionar as fontes e os conceitos que elas trazem, procurando inclusive o que está oculto e a razão de estar oculto, como salienta Evangelista (2012):

O que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço deve ser o de apreender o que está dito e o que não está. Ler nas entrelinhas parece recomendação supérflua; entretanto, deve-se perguntar-lhe o que oculta e por que oculta: fazer sangrar a fonte (EVANGELISTA, 2012, p. 10).

Uma crítica feita ao uso de documentos é que eles são amostras não representativas dos fenômenos estudados. Lüdke e André (1986, p. 40) acreditam que tal afirmação é verdadeira citando, como exemplo, estudar o dia a dia das escolas. “Em geral as escolas não mantêm registro das suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos. Quando existe algum material escrito ele é esparso e, conseqüentemente, pouco representativo do que se passa no seu cotidiano”. As referidas autoras apontam ainda como crítica ao uso de documentos:

[...] a sua falta de objetividade e sua validade questionável. Essas objeções são geralmente levantadas por todos aqueles que defendem uma perspectiva “objetivista” e que não admitem a influência da subjetividade no conhecimento científico. Quanto ao problema da validade, ele não se restringe apenas aos documentos, mas aos dados qualitativos em geral (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 40).

Uma das potencialidades da Análise Documental é a possibilidade de serem realizados alguns tipos de reconstrução da realidade e do passado, tornando-se uma fonte preciosa para todo pesquisador. Como afirma Cellard (2008, p. 295), o documento muito frequentemente “permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”. O autor acrescenta que:

[...] graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias (CELLARD, 2008, p. 295).

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), o uso de documentos em pesquisa deve ser valorizado pois a riqueza de informações que se pode extrair deles justifica o seu uso, possibilitando ampliar o entendimento do objeto. Os referidos autores salientam ainda que:

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 13).

Existe uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa que se constituem em uma fonte estável e rica, que persistem ao longo do tempo e servem de base para diferentes estudos. Para Lüdke e André (1986), elas podem fundamentar afirmações e declarações do pesquisador, fornecem informações sobre um determinado contexto, e seu custo, em geral, é baixo e requer, muitas vezes, apenas investimento de tempo por parte do pesquisador.

Quadro 2 – Potencialidades da Análise Documental.

ANÁLISE DOCUMENTAL	Potencialidades
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilita a reconstrução da realidade e do passado. ➤ Possibilita o corte longitudinal favorecendo a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc. ➤ Possibilita extrair uma riqueza de informações ampliando o entendimento do objeto. ➤ Possibilita fundamentar afirmações e declarações do pesquisador.

Fonte: Autoria própria, conforme ideias expressas por Lüdke e André (1986), Cellard (2008) e Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009).

Em suma, mesmo com as críticas e limites existentes, a Análise Documental se constitui numa modalidade de pesquisa com grandes potencialidades e se mostra imprescindível para qualquer modalidade de pesquisa científica.

5. Considerações finais

A Análise Documental constitui uma modalidade importante de pesquisa, seja completando informações obtidas por outras técnicas, desvelando aspectos novos de um tema ou problema, ou confirmando, invalidando ou enriquecendo as hipóteses iniciais da pesquisa, entre outros.

Como bem colocou Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), deve-se valorizar o uso de documentos em pesquisa porque a sua riqueza de informações possibilita ampliar o

entendimento do objeto. O documento também favorece a observação dos processos de maturação ou evolução de indivíduos, grupos, comportamentos, práticas, entre outros.

Como afirma Cellard (2008, p. 303), trata-se de uma avaliação preliminar do documento, a partir do exame crítico dos seguintes elementos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. “[...] momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico”.

A relevância da Análise Documental também se apresenta pelo fato de permitir analisar algumas dimensões como o contexto histórico e social em que foi elaborado o documento, identificar pessoas, grupos sociais, locais e fatos, e fazer um recorte temporal dos acontecimentos, que, talvez, sem esse material não seria possível.

Na análise dos documentos é importante identificar o autor, avaliar a credibilidade do texto, a autenticidade do documento, atentar-se aos conceitos-chave presentes e avaliar a sua importância. Para Cellard (2008), o pesquisador desconstrói seu material à vontade, depois procede a uma reconstrução com vistas a responder ao seu questionamento.

Na análise desse material é necessário extrair elementos do texto e comparar com outros elementos do *corpus* documental. A leitura repetida é que permite tomar consciência das relações e levar a uma reconstrução, construindo um raciocínio e formulando uma explicação.

Quanto aos documentos, estes se constituem em uma fonte preciosa para todo pesquisador, podendo ser classificados como documento público, documento privado, documento pessoal, primários e secundários, escritos e outros, entre outras formas de classificação, de acordo com o interesse do pesquisador e o objetivo da pesquisa.

Essa importante modalidade de pesquisa apresenta seus limites e potencialidades, mas, para além disso, o pesquisador que pretende utilizá-la deve considerar sua experiência e perspicácia, consciente de seu papel ativo na pesquisa, e esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações. Não deve ter uma visão restrita de documento, mas, sim, um olhar investigativo sobre os textos, buscando analisar o dito e o não dito, bem como a sua subjetividade, e construir um *corpus* satisfatório.

Estas sugestões não são definitivas. Esse esforço de detectar padrões e categorias é um processo criativo que requer julgamentos cuidadosos sobre o que é

realmente relevante e significativo nos dados, reafirmando a importante contribuição da Análise Documental na pesquisa científica.

Referências

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* (Orgs.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 52-71.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá, Colombia, v. 14, n. 2, p. 55-73, julio-diciembre, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Pesquisa Documental. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003. p. 174-183.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009. p. 9-29.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, Centro Universitário Assunção (UNIFAI), São Paulo, SP, v.2, n.4, p. 1-23, 2017.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, FURG, Rio Grande, RS, ano 1, n.1, p.1-15, Julho de 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2017.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, SC, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SOBRE OS AUTORES



GUILHERME SARAMAGO DE OLIVEIRA

Doutor em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2009). Mestre em Inovação Educativa (Universidade Autônoma de Barcelona, 1999). Mestre em Educação Superior (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1997). Especialista em Educação Infantil (Universidade Federal de Uberlândia, 1987). Graduado em Pedagogia (Universidade Federal de Uberlândia, 1986). Graduado em Direito (Universidade Federal de Uberlândia, 1991). Graduado em Matemática (Universidade de Uberaba, 2009). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Uberlândia.

ANA MARIA DE OLIVEIRA CUNHA

Doutora em Educação (Universidade de São Paulo, 1999). Mestre em Educação (Universidade de São Paulo, 1993). Graduação em Ciências Biológicas (Fundação Educacional de Ituiutaba, 1975). Graduada em Pedagogia (Universidade Federal de Uberlândia, 1970). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Uberlândia, atuando no Instituto de Biologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação.

ANDERSON ORAMISIO SANTOS

Pós-Doutorando em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2020-2021). Doutor em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2018). Mestre em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2013). Especialista em Psicopedagogia (Faculdade de Educação São Luis de Jaboticabal, 2001). Especialista em Supervisão e Inspeção Escolar (Faculdade Católica de Uberlândia, 2009). Especialista em Pedagogia Empresarial (Universidade de Alfenas, 2008). Graduado em História e Geografia (Centro Universitário do Triângulo, 1988). Graduado em Pedagogia (Faculdade Alfredo Nasser, 2009). Atualmente é professor de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em diversas Instituições de Ensino Superior.

ANGÉLICA SILVA DE SOUSA

Mestranda em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2020-2022). Especialista em Mídias na Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2019). Graduação em Matemática (Universidade Federal de Uberlândia, 2005). Atualmente é professora de Educação Básica da rede Estadual do Estado de Minas Gerais.

EUZANE MARIA CORDEIRO

Mestre em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2015). Especialista em Psicopedagogia Escolar (Universidade Federal de Uberlândia, 2011). Graduada em Pedagogia (Faculdade Católica de Uberlândia, 2010). Especialista em Educação de Jovens e Adultos (Universidade Norte do Paraná, 2015). Especialista em Supervisão Escolar e Orientação Educacional (Universidade Cândido Mendes, 2019). Tem experiência na área de Educação como tutora em cursos presenciais e à distância, e como professora orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em curso de Pós-Graduação.

JOSELY ALVES DOS SANTOS

Doutoranda em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2021-2024). Mestre em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2020). Graduada em Pedagogia (Universidade Federal de Uberlândia, 2011). Atuou como Analista Educacional (Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, 2006 - 2014), realizando assessoramento pedagógico às escolas estaduais do estado, ministrando cursos e capacitações a professores e especialistas e coordenando em nível regional os projetos da SEE-MG voltados para o Ensino Fundamental e Médio. Atualmente, é servidora da Universidade Federal de Uberlândia.

KELMA GOMES MENDONÇA GHELLI

Doutora em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2018). Mestre em Linguística (Universidade Federal de Uberlândia, 2004). Especialista em Linguística Aplicada (Universidade Federal de Uberlândia, 2002). Graduada em Letras (Faculdades Integradas de Patrocínio, 1987). Atualmente é professora e coordenadora de Ensino, Pós-graduação e Extensão do Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP).

LAÍS HILÁRIO ALVES

Mestranda em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2019-2021). Especialista em Pedagogia Empresarial e Organizacional: Educação Continuada e Planejamento (Universidade Federal de Uberlândia, 2013). Especialista em Supervisão, Inspeção e Gestão Escolar (Faculdade Passo 1, 2018). Graduada em Pedagogia (Universidade Federal de Uberlândia, 2010). Atualmente é professora de Educação Básica da rede Estadual do Estado de Minas Gerais.

LUCIA DE FÁTIMA VALENTE

Doutora em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2011). Mestre em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2002). Especialista em Ética e Filosofia Política (Universidade Federal de Uberlândia, 1999). Graduada em Direito (Fundação Educacional do Nordeste Mineiro, FENORD, 1997). Graduada em Pedagogia (Fundação Educacional do Nordeste Mineiro, FENORD, 1991). Atualmente é professora da Universidade Federal de Uberlândia.

MÁRCIA REGINA GONÇALVES CARDOSO

Doutora em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2018). Mestre em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 2014). Especialista em Educação Infantil (Universidade Federal de Uberlândia, 1997). Graduada em Pedagogia (Universidade de Uberaba, 1992). Atualmente é professora na Rede Municipal de Educação do Município de Monte Carmelo-MG.

MARIA IRENE MIRANDA

Doutora em Psicologia da Educação (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006). Mestre em Educação (Universidade Federal de Uberlândia, 1998). Especialização em Psicopedagogia (Universidade Federal de Uberlândia, 1992). Graduação em Pedagogia (Universidade Federal de Uberlândia, 1990). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Uberlândia; Coordenadora do Curso de Pedagogia à Distância; Coordenadora do Curso de Especialização em Psicopedagogia.

NÚBIA DOS SANTOS SAAD

Pós-Doutora em Estruturas de Aeronaves (Universidade Federal de Uberlândia, 2012-14). Doutora em Mecânica dos Sólidos e Vibrações (Universidade Federal de Uberlândia, 2012). Mestra em Engenharia de Estruturas (Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1999). Graduada em Engenharia Civil (Universidade Federal de Uberlândia, 1996). Atualmente é professora efetiva da Faculdade de Engenharia Mecânica e Coordenadora do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Uberlândia.

SILVANA MALUSÁ

Pós-Doutora em Educação (Universidade Católica de Petrópolis, 2011). Doutora em Educação (Universidade Metodista de Piracicaba, 2000). Mestre em Educação (Universidade Metodista de Piracicaba, 1994). Graduada em Pedagogia (Universidade Metodista de Piracicaba, 1990). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Uberlândia.

I. ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A FENOMENOLOGIA E O MÉTODO FENOMENOLÓGICO

*Guilherme Saramago de Oliveira
Ana Maria de Oliveira Cunha
Núbia dos Santos Saad
Angélica Silva de Sousa*

II. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO GRUPO FOCAL NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS

*Guilherme Saramago de Oliveira
Ana Maria de Oliveira Cunha
Euzane Maria Cordeiro
Núbia dos Santos Saad*

III. METASSÍNTESE QUALITATIVA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

*Guilherme Saramago de Oliveira
Maria Irene Miranda
Silvana Malusá
Núbia dos Santos Saad*

IV. ANÁLISE DE DISCURSO: METODOLOGIA DE ABORDAGEM QUALITATIVA

*Josely Alves dos Santos
Guilherme Saramago de Oliveira
Anderson Oramisio Santos
Núbia dos Santos Saad*

V. ANÁLISE DE CONTEÚDO NUMA ABORDAGEM QUALITATIVA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

*Márcia Regina Gonçalves Cardoso
Guilherme Saramago de Oliveira
Kelma Gomes Mendonça Ghelli
Silvana Malusá*

VI. ANÁLISE DOCUMENTAL NA PESQUISA CIENTÍFICA: REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

*Laís Hilário Alves
Guilherme Saramago de Oliveira
Lucia de Fátima Valente
Angélica Silva de Sousa*